



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal

Processo: 0820026-98.2014.8.20.5001

Ação: AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (64)

AUTOR: MPRN - 35ª PROMOTORIA NATAL, PGM - MUNICÍPIO DE NATAL, MUNICÍPIO DE NATAL

REU: ADENUBIO DE MELO GONZAGA, DICKSON RICARDO NASSER DOS SANTOS, EDSON SIQUEIRA DE LIMA, EDIVAN MARTINS TEIXEIRA, FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS, FRANCISCO DE ASSIS VALENTIM DA COSTA, FRANCISCO SALES DE AQUINO NETO, ROGERIO SIMONETTI MARINHO, SALATIEL MACIEL DE SOUZA

GRUPO ESTADUAL DE APOIO ÀS METAS DO CNJ

SENTENÇA

Trata-se de Ação Civil Pública de Responsabilização pela Prática de Atos de Improbidade Administrativa ajuizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE**, em face de **ADENÚBIO DE MELO GONZAGA, DICKSON RICARDO NASSER DOS SANTOS, EDSON SIQUEIRA DE LIMA, EDIVAN MARTINS TEIXEIRA, FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS, FRANCISCO DE ASSIS VALENTIM DA COSTA, FRANCISCO SALES DE AQUINO NETO, ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO, SALATIEL MACIEL DE SOUZA e TIRSO RENATO DANTAS**, devidamente qualificados nos autos, pela suposta prática das condutas previstas no art. 9, *caput*, inciso XI, art. 10, *caput* inciso I e art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92.

Narra o órgão ministerial que nos autos do Procedimento nº 02143377-16.2007.8.20.0001, o qual tramitou perante o juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Natal/RN, foi determinada busca e apreensão nas dependências da Câmara Municipal de Natal para subsidiar as investigações da denominada “Operação Impacto”, oportunidade na qual foi encontrado documento veiculando uma listagem de aproximadamente



900 (novecentos) nomes de pessoas que, supostamente, ocupariam cargos comissionados no âmbito da referida Casa Legislativa.

Expõe que, à vista da notória incompatibilidade do número de pessoas indicadas na listagem com a estrutura da Câmara de Vereadores, destacou-se o fato de a listagem nominal dos servidores comissionados estar acompanhada de um rol de responsáveis pelas respectivas indicações, sendo denominado pelo Órgão Ministerial como uma autêntica e inusitada “Lista de Padrinhos”, o que suscitou a abertura do Inquérito Civil de nº 213/07.

Sustenta que, com acesso à relação de todos os ocupantes de cargos comissionados e à listagem da folha de pagamento relativa ao mês de julho de 2007, foi realizada a comparação com a listagem obtida em sede de busca e apreensão.

A partir dessa análise, afirma que surgiram inconsistências quanto à existência de determinados servidores nas relações diligenciadas, o que ocasionou a notificação de todos àqueles que constavam nas relações analisadas para fins de esclarecimentos.

Aduz que, após a tomada de depoimentos pessoais ou a obtenção das respostas escritas, foram constatadas que várias pessoas jamais haviam estabelecido qualquer vínculo de trabalho com a Câmara de Vereadores de Natal e, mesmo assim, figuravam na folha de pagamento analisada. No mais, em nome delas era feito o pagamento das respectivas remunerações. Concluiu o órgão ministerial, portanto, que nesse caso houve um evidente e ímprobo mecanismo de desvio de verbas públicas.

Argumenta que os supostos servidores mantiveram, quando muito, algum tipo de relação ou contato com os parlamentares réus, o que propiciou a obtenção de seus dados pessoais para a execução das fraudes descritas na inicial.

Consigna, por conseguinte, que os parlamentares se utilizaram de prerrogativas para viabilizar a nomeação dessas pessoas para os referidos cargos, possibilitando a inserção dos respectivos nomes na folha de pagamento para que, a bem da verdade, eles próprios -ou terceiros- recebessem os respectivos valores remuneratórios.

Em virtude dessas circunstâncias, sustenta o Ministério Público que os requeridos praticaram os atos de improbidade constantes do art. 9, *caput*, e inciso I, art. 10, *caput*, além da conduta veiculada no inciso I e art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92.

Pugna, portanto, pela condenação dos requeridos nas sanções previstas no art. 12, inciso I, II e III da Lei de Improbidade Administrativa.

Por fim, o órgão ministerial pleiteou que fosse liminarmente decretada a indisponibilidade dos bens dos demandados. Juntou documentos à exordial (Id 1261790).

Decisão de deferimento parcial do pleito de indisponibilidade de bens dos requeridos (Id 2573285).

Devidamente notificados, apresentaram defesa preliminar os requeridos **FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS** (Id 3416995), **EDSON SIQUEIRA DE LIMA** (Id 5698266), **FRANCISCO DE ASSIS VALENTIM DA COSTA** (Id 6526708), **TIRSO RENATO DANTAS** (Id 6539758), **FRANCISCO SALES DE AQUINO NETO** (Id 6556642) e **DICKSON NASSER** (Id 9452919).

Decisão de recebimento da inicial com relação a **ADENÚBIO DE MELO GONZAGA**, **DICKSON RICARDO NASSER DOS SANTOS**, **EDIVAN MARTINS TEIXEIRA**, **FRANCISCO DE ASSIS VALENTIM DA COSTA**, **FRANCISCO SALES DE AQUINO NETO** e **ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO** (Id 28521004).



Na ocasião, foi determinada a suspensão do processo, até o julgamento do RE nº 852.475, com relação aos demandados **FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS, EDSON SIQUEIRA DE LIMA, SALATIEL MACIEL DE SOUZA e TIRSO RENATO DANTAS.**

Materializadas as devidas citações, os demandados **ADENÚBIO DE MELO GONZAGA, DICKSON RICARDO NASSER DOS SANTOS, EDIVAN MARTINS TEIXEIRA, FRANCISCO DE ASSIS VALENTIM DA COSTA e ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO** apresentaram contestação (Id 31043182, Id 35063870, Id 30917056, Id 34189425, respectivamente).

Em sede de réplica, o Ministério Público (Id 32357904) pugnou: a) pelo recebimento da inicial com relação a **FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS, EDSON SIQUEIRA DE LIMA, SALATIEL MACIEL DE SOUZA e TIRSO RENATO DANTAS**; b) levantamento do segredo de justiça do processo; c) rejeição das preliminares e prejudiciais suscitadas, com o prosseguimento do feito.

Decisão de recebimento da inicial com relação a **EDSON SIQUEIRA DE LIMA, FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS, SALATIEL MACIEL DE SOUZA e TIRSO RENATO DANTAS** sob o Id 34189425.

Citados, os demandados **SALATIEL MACIEL DE SOUZA, EDSON SIQUEIRA DE LIMA, TIRSO RENATO DANTAS e FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS** apresentaram contestação (Id 38525330; Id 38583684; Id 38957909 e Id 38912632).

Consta, no ID 56352308, decisão de saneamento e organização do processo.

Sentença de extinção do processo sem resolução do mérito quanto ao demandado **TIRSO RENATO DANTAS**, com fundamento no art. 485, inciso IX, do Código de Processo Civil, em razão de seu falecimento (Id 67826487).

Deferido o compartilhamento das provas constantes nos autos da Ação Penal tombada sob o nº 0113826-47.2015.8.20.0001, a qual tramitava na 7ª Vara Criminal da Comarca de Natal-RN. Fora providenciada, como corolário lógico, a juntada, aos presentes autos, das mídias contendo a prova oral produzida e os demais elementos correspondentes.

Finda instrução probatória, as partes foram devidamente intimadas para o oferecimento de razões finais (Id 92166903).

Alegações Finais do Ministério Público (Id 92827998).

Alegações Finais dos demandados **ADENÚBIO DE MELO GONZAGA** (Id 93969549), **SALATIEL DE SOUZA** (Id 93969552), **ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO** (Id 94378221), **EDIVAN MARTINS** (Id 94391851), **FRANCISCO SALES AQUINO NETO** (Id 94423876), **FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS** (Id 94460186), **DICKSON NASSER** (Id 94462909), **EDSON SIQUEIRA DE LIMA** (Id 94520398) e **FRANCISCO DE ASSIS VALETIM DA COSTA** (Id 94535730).

Expedição de ofício com remessa dos autos a este Núcleo de Apoio às Metas do CNJ para julgamento (Id 94795800).

Eis o relatório, no essencial. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II. 1 – Preliminares



Há questões preliminares a serem enfrentadas.

II. 1.1 – DA INÉPCIA DA INICIAL

De início, consigna-se que o demandado EDSON SIQUEIRA DE LIMA arguiu preliminar de inépcia da inicial sob o pretexto da narração genérica e vaga dos fatos vertidos na exordial. O requerido alegou que o órgão ministerial não aferiu a individualização da conduta do réu, em desacordo com o art. 17,§6 da Lei de Improbidade Administrativa.

Nessa conjuntura, a parte requerida também sustentou que a petição inicial desrespeitou a orientação expressa do art. 17,§10-D, da Lei 8.429/92, que aduz que para cada ato ímprobo deverá ser indicado apenas um tipo dentre os previstos nos art. 9, 10 e 11 da mesma lei.

Confira-se, por oportuno, o teor dos dispositivos citados, com as respectivas alterações promovidas pela Lei 14.230/2021:

Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei.

(...)

§ 6º A petição inicial observará o seguinte:

I - deverá individualizar a conduta do réu e apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência das hipóteses dos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei e de sua autoria, salvo impossibilidade devidamente fundamentada;

II - será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da veracidade dos fatos e do dolo imputado ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições constantes dos arts. 77 e 80 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

(...)

§ 10-D. Para cada ato de improbidade administrativa, deverá necessariamente ser indicado apenas um tipo dentre aqueles previstos nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei.

Como se pode observar, a nova redação do art. 17,§6º, impõe um maior rigor aos requisitos da peça vestibular, a fim de evitar instauração ou desenvolvimento de ações de improbidade administrativas temerárias ou infundadas.

Por outro lado, destaco que há situações, como a dos autos, em que é permitida uma descrição da conduta de forma mais genérica, devido à complexidade dos fatos e à pluralidade de agentes, como bem assevera a parte final do inciso I. Dessa forma, a individualização detalhada e pormenorizada é flexibilizada diante do caso concreto.

Compulsando os autos, diversamente dos argumentos expostos pelo demandado, observa-se que o autor narrou os fatos com satisfatória precisão e individualizou de forma adequada a conduta do Sr. EDSON SIQUEIRA. Vejo, da leitura da peça inicial, que o Ministério Público indicou os motivos do ajuizamento da ação, sendo fundado em Inquérito Civil nº 213/07, instaurado a partir de uma apreensão de listagem nominal dos servidores comissionados acompanhada pelas respectivas indicações. O órgão ministerial assinalou



também que o então vereador SARGENTO SIQUEIRA teria sido responsável pelas indicações dos servidores Francisco das Chagas de Araújo, Patrícia Mayara e Vanessa Adila, em notória individualização da conduta do réu.

No que concerne à alegação da ofensa ao art. 17, §10-D, é válido asseverar que, em que pese o órgão ministerial ter capitulado a conduta do ora demandado aos tipos previstos no art. 9, *caput*, inciso XI, art. 10, *caput* inciso I e art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92, houve uma adequação na capitulação em sede de alegações finais. Dessa forma, o Ministério Público supriu a exigência legal, a fim de capitular a conduta dos demandados ao tipo descrito no art. 10, I, da LIA.

Dito isso, rejeito a preliminar de inépcia da inicial suscitada pelo demandado SARGENTO SIQUEIRA, tendo em vista o atendimento a todos os requisitos formais impostos pela lei.

II.1.2- DA PREJUDICIAL DE MÉRITO - DA PRESCRIÇÃO

Em sede de Alegações Finais, os demandados FRANCISCO DE ASSIS, FRANCISCO SALES, EDIVAN MARTINS e ROGÉRIO MARINHO suscitaram a prejudicial de mérito de prescrição intercorrente da pretensão sancionadora.

As partes demandadas sustentaram a aplicação das regras introduzidas na Lei 8.429/1992, levadas a cabo pelo legislador através da Lei 14.230/2021, as quais acrescentaram a viabilidade de reconhecimento de prescrição intercorrente nos processos correspondentes à improbidade administrativa.

Pois muito bem.

Sem delongas, penso que não merece prosperar a alegação referente à prescrição, suscitada pelos requeridos. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 843.989/PR, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, datado 18/08/2022, em sede do Tema 1199, assentou a tese no sentido de que o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 afigura-se **irretroativo**, devendo ser aplicados os novos marcos temporais a partir da publicação da lei. Destaco:

“1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo – DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) **O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.**” (Tema 1.199)

Concluo, sem maiores transpirações argumentativas, que a novel redação do art. 23 da Lei 8.429/1992 não deve ser aplicada ao caso sob trato, não sendo possível reconhecer a prescrição das sanções sob a égide da redação existente à época dos fatos.

II.1.3 – PRELIMINARES REMANESCENTES

O requerido **FRANCISCO DE ASSIS VALENTIM DA COSTA (BISPO ASSIS)** arguiu preliminar de extinção do processo com resolução do mérito, fundamentando, em síntese, que não há prova de que o demandado recebeu qualquer quantia em dinheiro, referente aos cargos “fantasmas” e que os depoimentos das testemunhas não comprovaram qualquer cometimento de ato ímprobo pelo demandado.



Por sua vez, em alegações finais, o demandado **FRANCISCO SALES DE AQUINO NETO** suscitou preliminar de extinção do processo com julgamento do mérito quanto aos fatos expostos pelas testemunhas de acusação José Israel de Almeida Sobrinho, José Jairton de Almeida, Alda Cristina Santana Brandão, tendo em vista terem negado as assinaturas nos termos de posse. O requerido sustenta que o Ministério Público deveria ter solicitado a perícia grafotécnica para assegurar a autenticidade da assinatura, mas não o fez.

In casu, entendo que ambas as preliminares supramencionadas se confundem com o mérito da demanda e serão enfrentadas com a devida profundidade por ocasião do mérito da sentença. Não há, portanto, motivação para o acolhimento nesta ocasião.

Rejeito as preliminares de extinção do processo com resolução do mérito suscitadas pelos demandados BISPO ASSIS e AQUINO NETO.

Passo, doravante, ao exame do mérito da demanda.

II.2- MÉRITO

Trata-se de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa em que pretende o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte a condenação das partes requeridas nas sanções previstas na Lei 8.429/92.

É de conhecimento geral que a Lei de Improbidade Administrativa, recentemente, sofreu diversas alterações produzidas pela Lei 14.230, de 25 de outubro de 2021, a qual estabeleceu um novo sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa.

Dentre as inovações, devem ser observados os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador, conforme determina o art. 1º, § 4º, da Lei de Improbidade Administrativa, verificando-se se a conduta apurada ainda se enquadra como ato de improbidade administrativa sob a égide da nova legislação.

Ademais, devem ser observados, ainda, os parâmetros fixados pelo STF, no julgamento do ARE 843.989/PR, já destacados anteriormente, em sede do Tema 1199, no qual se fixaram as seguintes teses:

- 1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo – DOLO;
- 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;
- 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;
- 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei".

Especificamente quanto ao art. 10, inciso I, da LIA, este passou a ter a seguinte redação:

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário



Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

(...)

I - facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º desta Lei;

Com efeito, da análise da tese fixada pelo STF, no julgamento do ARE843989, é possível extrair que as normas de estrito conteúdo de direito material que estabelecem conteúdos meramente punitivos previstas na novel redação da Lei 8.429/92 são aplicáveis aos processos pendentes de julgamento, sendo esta a hipótese dos autos.

Mister esclarecer, ainda, que a peça vestibular tenha feito a capitulação das condutas dos demandados nos art. 9, *caput*, inciso XI, art. 10, *caput* inciso I e art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92, é cediço que os réus se defendem dos fatos, e não da capitulação legal.

Sucedo que, segundo o art. 17, § 10-C da LIA, após a réplica do Ministério Público, o juiz proferirá decisão na qual *indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade* administrativa imputável ao réu, sendo-lhe *vedado modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor*.

A meu sentir, esse dispositivo causa estranheza, por vincular o magistrado, no momento da decisão saneadora, à capitulação legal alocada na peça exordial, sugerindo que a instrução terá como objeto os fatos narrados na inicial (o que é correto e natural) e a capitulação definida pelo autor (algo incomum, pois o réu se defende dos fatos). Causa ainda mais estranheza o § 10-F, I, do art. 17, ao determinar que será **nula** a sentença da ação de improbidade administrativa que condenar o requerido por *tipo diverso daquele definido na petição inicial*.

Recolho os seguintes fragmentos da lúcida lição do professor Ronaldo Pinheiro de Queiroz, lavrada em seu Manual sobre improbidade administrativa (Brasília: ID-i Publicações, 2022):

“O legislador armou uma bomba no primeiro dispositivo e colocou um detonador no outro, caso o juiz não siga vinculado à tipificação definida na petição inicial. O vício para o caso de descumprimento é de nulidade absoluta (ou seja, com presunção de prejuízo).”

Sob esse viés, e sem dúvida nenhuma, esse dispositivo é inconstitucional, por afrontar diretamente a independência do Poder Judiciário, vinculando o juízo ao direito anunciado pelo autor. Ora, quem diz o direito é o juiz, investido na Jurisdição, eis que a expressão *Juris Dictio* significa, categoricamente, dizer o direito).

A propósito, a própria jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sempre deixou claro que o réu se defende dos fatos e o juiz pode decidir por uma capitulação diversa da definida na petição inicial (*STJ – TESE 6 - Não há falar em julgamento extra petita nem em violação ao princípio da congruência na hipótese de decisão que enquadra o ato de improbidade administrativa em dispositivo diverso do indicado na inicial, pois a defesa atém-se aos fatos e o juiz define a sua qualificação jurídica. (SÉRIE III)*).

Nessa urdidura, entendo pelo reconhecimento incidental da inconstitucionalidade do referido preceptivo legal, devendo ser viabilizada a aplicação analógica da *emendatio*, nos termos dos arts. 383 do Código de Processo Penal.



Desse modo, o ajuste da capitulação em sede de alegações finais ministeriais não ocasionou nenhum dano às defesas dos demandados, sobretudo considerando que os fatos foram precisamente minudenciados.

Feitos os devidos esclarecimentos, passo a examinar, à luz dos mandamentos normativos, das provas colhidas em sede de instrução processual e das teses defensivas dos réus, se o conjunto probatório afigura-se suficiente para confirmar as condutas expostas na peça vestibular.

II – DO QUADRANTE FÁTICO -PROBATÓRIO

Em geral, constatou-se que diversos supostos servidores comissionados, os quais figuravam na folha de pagamento da Câmara Municipal de Natal-RN, findaram informado que jamais trabalharam na referida casa parlamentar, tampouco perceberam, a qualquer título, os vencimentos relativos ao desempenho do cargo comissionado para o qual constava que haviam sido nomeados.

Através de listagem encontrada por ocasião da busca e apreensão levada a cabo na sede do poder legislativo municipal, foram identificados os nomes dos servidores ocupantes de cargos comissionados, os quais estavam acompanhados dos nomes dos vereadores responsáveis pela respectiva indicação.

A propósito, devo reiterar, muitos dos supostos servidores, os quais, a bem da verdade, jamais exerceram quaisquer atividades junto à Câmara Municipal, ratificaram o conteúdo da lista no sentido de corroborar que os vereadores que nela figuravam como responsáveis pelas indicações eram, justamente, àqueles com os quais os notificados mantiveram algum tipo de relação ou contato, o que propiciou a obtenção e manejo dos dados pessoais respectivos para viabilizar o esquema fraudulento sob análise.

Descortinou-se ainda, senão, a participação de parlamentares identificados na lista apreendida como responsáveis pelas indicações dos “funcionários fantasmas”.

Nada obstante, para a materialização da empreitada ilícita, era necessária que a avença propiciasse o ajuste com a presidência da Câmara de Vereadores, encarregada de lavrar os atos administrativos e providenciar os expedientes inerentes à formalização da inclusão fraudulenta das pessoas na correspondente folha de pagamento. É dizer: cabia à presidência da casa legislativa proceder com a nomeação, a implantação e o pagamento das remunerações geradas a partir das fraudes.

Nesta perspectiva, e após a confirmação do cenário fático fraudulento narrado em linhas pretéritas, ao qual deve ser emprestada a rubrica da improbidade administrativa, devo encerrar um juízo individualizado e minudenciado a respeito da realidade e da participação de cada um dos demandados neste feito.

II.1. ADENÚBIO DE MELO GONZAGA

Segundo aponta o Ministério Público, **ADENÚBIO DE MELO GONZAGA**, o então vereador do município de Natal/RN, teria aparecido na listagem apreendida na Casa Legislativa como responsável pela indicação dos servidores comissionados **WILTON DA SILVA GOMES** e **JOÃO BATISTA VARELA DE ARAÚJO**. O órgão ministerial aduz que esses servidores figuravam na folha de pagamento da Câmara de Vereadores de Natal/RN, mas não exerciam qualquer trabalho e, mesmo assim, recebiam remuneração da referida Casa.

Relata, ainda, a parte autora que **JOÃO BATISTA VARELA DE ARAÚJO** foi nomeado pelo então Presidente da Câmara, **ROGÉRIO MARINHO**, em 01 de novembro de 2006, para o cargo de Assessor



Legislativo. Assevera que foi pago em nome dele, de novembro de 2006 a julho de 2007, uma remuneração mensal de R\$ 1.247, 64 (mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), o que totalizou, no intervalo anunciado, R\$ 9.981,12 (nove mil, novecentos e oitenta e um reais e doze centavos).

Aduz que o então vereador DICKSON NASSER, ao assumir a presidência da Câmara de Vereadores, teria mantido o esquema ilícito anteriormente iniciado mediante o uso do nome da pessoa de JOÃO BATISTA VARELA DE ARAÚJO até o mês de julho de 2007.

Com relação a WILTON DA SILVA GOMES, a parte autora afirma que este foi nomeado por DICKSON NASSER para ocupar o cargo de Assessor Legislativo, conforme termos da Portaria nº 0175/2007-CC/BD, de 01 de julho de 2007.

De acordo com o órgão ministerial, ambos os servidores comissionados, ao serem notificados pelo Ministério Público, esclareceram que não mantiveram vínculo de trabalho com a Câmara de Vereadores de Natal/RN, e que não receberam qualquer espécie de remuneração proveniente do cargo comissionado na referida Casa Legislativa.

Por fim, asseverou que as provas demonstram que os então vereadores ADENÚBIO DE MELO, ROGÉRIO MARINHO e DICKSON NASSER causaram prejuízo ao erário, em razão da suposta inserção de “servidores fantasmas” no quadro da Câmara Legislativa de Natal/RN.

Em sede de alegações finais, o requerido **ADENÚBIO DE MELO GONZAGA** aduziu que: a) a instrução processual comprovou que houve efetiva atividade laboral dos servidores com as respectivas remunerações, a título de contraprestação; b) a testemunha JOÃO BATISTA VARELA DE AQUINO informou que trabalhou efetivamente para o vereador ADENÚBIO e que não houve divisão ou repasse de dinheiro para o membro da Câmara; c) no caso de WILTON DA SILVA GOMES, sua nomeação não estava atrelada ao gabinete do demandado, mas a Presidência da Câmara, de acordo com a Portaria nº 0175/2007- CC/BD, de 01 de julho de 2007; d) o demandado desconhecia a existência de WILTON DA SILVA GOMES como servidor; e) o Ministério Público não se desincumbiu de comprovar o ato ímprobo alegado a peça inicial e f) não há indicativo de dolo ou interesse do requerido em contrariar os princípios da Administração Pública, tampouco intuito de obter para si ou terceiro vantagem ilícita em detrimento do erário e não é possível concluir que houve interesse em obter enriquecimento ilícito.

Com efeito, a respeito dos fatos, a testemunha WILTON DA SILVA GOMES negou ter trabalhado na Câmara de Vereadores de Natal e negou ter laborado para o réu ADENÚBIO. Afirmou, em síntese, que era instrutor na academia de FRANCISCO IDARLÉCIO, irmão do demandado, e que entregou documentos pessoais para este. Disse, ainda, que efetuava o saque do dinheiro em sua conta, repassava para o irmão ou para o assessor de ADENÚBIO e recebia R\$100,00 (cem reais).

Nesse contexto, destaco trechos do depoimento da testemunha WILTON DA SILVA GOMES:

“(…) Pergunta: Alguém pediu documento pessoal do senhor naquele tempo? Wilton da Silva Gomes: o irmão dele tinha pedido meus documentos porque naquela época o irmão dele quem recebia esse benefício da prefeitura, que é o Idarlécio. Aí ele perguntou se eu podia ceder pra sacar o dinheiro no Banco do Brasil. Aí eu disse posso! Aí ele disse: pra você se deslocar até lá eu ainda te dou cem reais. Eu disse, beleza. Então eu ia, sacava o dinheiro, entregava a ele, ele me dava cem reais e eu continuava trabalhando na academia, tomava conta da academia também, fazia parte de manutenção.

Pergunta: A pessoa que o senhor fala é o senhor Francisco Idarlécio? Wilton da Silva Gomes: Idarlécio, o irmão do então vereador Adenúbio Melo.

Pergunta: Entregou os documentos pessoais e também abriu uma conta corrente pra receber esses valores?



Wilton da Silva Gomes: Não, ele só me pediu a xerox dos documentos, comprovante de residência, identidade e CPF. Aí essa conta já tinha sido aberta. Eu só ia no banco só fazer a retirada e devolvia ele novamente, e, por fazer, isso eu ainda recebia cem reais.

Pergunta: É como se o senhor emprestasse, vamos dizer assim, a sua conta corrente pra ele, eu não entendi muito bem?

Wilton da Silva Gomes: Porque na verdade eu acho que ele já recebia esse dinheiro por ele ser o irmão do vereador na época e ele achava que poderia trazer problemas por ser da família ele perguntou se eu podia ceder meus dados pra abrir essa conta no banco, e, depois de aberto, eu só ia quando ele não me levava no carro, às vezes, o assessor na época de Adenúbio me levava no carro, eu sacava o dinheiro e entregava na mão de um deles dois né.

Pergunta: o senhor se recorda do valor que tinha que devolver?

Wilton da Silva Gomes: Eu, na verdade, o que eu sacava eu devolvia todinho a ele, a única coisa que ele me dava era só cem reais só.

Pergunta: Certo. O senhor se recorda quantas vezes isso aconteceu?

Wilton da Silva Gomes: Eu creio que não, acho deve ter sido umas quatro ou cinco vezes só não foi mais do que isso não. Se eu não me engano.

(...)

Pergunta: O senhor está ciente de que seu nome constava na folha de pagamento da Câmara de Vereadores?

Wilton da Silva Gomes: Não, eu fiquei surpreso depois.

Pergunta: o senhor disse também que ele fez isso porque daria problema pra ele por ser irmão de Adenúbio. O senhor sabe dizer se ele prestava serviço à câmara? e em razão do nepotismo não poderia ficar no nome dele os vencimentos? o senhor sabe dizer alguma coisa nesse sentido? Ele falou isso pro senhor?

Wilton da Silva Gomes: Não, a única coisa que ele me falou foi só justamente isso, que era pra não dar problema futuramente.

Pergunta: O senhor já chegou a tratar sobre isso com Adenúbio? ou tudo era tratado com Francisco Idarlécio?

Wilton da Silva Gomes: Não, geralmente era só com a Idarlécio, eu nunca tive contato com Adenúbio não.

Pergunta: Francisco Idarlécio chegaram a dizer ao senhor alguma coisa sobre a Adenúbio ou o senhor não sabe dizer se Adenúbio tinha ciência dessa ação de Idarlécio?

Wilton da Silva Gomes: Não, não sei dizer se ele tinha ciência ou não.”



Por sua vez, a testemunha JOÃO BATISTA VARELA DE AQUINO afirmou que nunca trabalhou na Câmara Municipal de Natal, mas prestou serviço de carro de som para o vereador ADENÚBIO. Disse, em síntese, que recebia mensalmente um valor em dinheiro em espécie que era pago pelo secretário do vereador, então responsável pelos carros de som.

Passo a reproduzir fragmento do depoimento prestado em Juízo pela testemunha JOÃO BATISTA VARELA DE AQUINO:

Pergunta: *O senhor trabalhou alguma época para a Câmara Municipal do Natal?*
João Batista: *Não, senhor.*

Pergunta: *O senhor nunca trabalhou? Prestou serviço a algum vereador como motorista?*

João Batista: *Prestei serviço a Adenúbio Melo.*

(...)

Pergunta: *o senhor trabalhou para o vereador Adenúbio Melo?*

João Batista: *Trabalhei pra ele sim, carro de som.*

Pergunta: *Como era pago ao senhor? O senhor recebia como pagamento?*

João Batista: *Recebia mensal.*

Pergunta: *Era feito em dinheiro ou era feito em cheque ou o senhor ia pra conta corrente?*

João Batista: *Não, era em dinheiro.*

Pergunta: *Aqui o Ministério Público diz que o senhor recebeu a importância de nove mil novecentos e oitenta e um reais e doze centavos entre novembro de dois mil e seis, novembro de dois mil e seis e julho de dois mil e sete. O senhor confirma isso?*

João Batista: *Eu não tenho bem lembrança se foi esse total não.*

Pergunta: *mas quando recebia esse dinheiro ficava pro senhor ou devolvia a alguém? entregava alguém?*

João Batista: *Não eu recebia pra mim o salário, ficava pra mim, não devolvia nada não.*

Pergunta: *o senhor confirma que trabalhou de novembro de dois mil e seis a julho de dois mil e sete?*

João Batista: *foi mais ou menos isso.*

Pergunta: *essa prestação de serviço que o senhor disse ter feito de um carro de som foi informado ao senhor que o pagamento seria devido da Câmara de Vereadores ou que era um pagamento feito diretamente pelo vereador?*

João Batista: *Não, eu não recebia o dinheiro por ele, recebia o dinheiro pelo secretário dele. Que tomava conta dos carros de som.*

Pergunta: *Qual é o nome do secretário?*

João Batista: *eu não tenho lembrança do nome, já faz tempo demais que eu trabalhei pra ele eu não tenho bem lembrança.*



Pergunta: *é o seu Francisco Idarlécio irmão do vereador, Adenúbio?*

João Batista: *Não, era outra pessoa.*

Pergunta: *Certo, então os pagamentos eram feitos através dessa pessoa?*

João Batista: *Isso.*

Pergunta: *Tudo bem, mas o senhor chegou a assinar algum documento, algum contrato ou entregou cópia de documentos pessoais a esse assessor do vereador?*

João Batista: *Não, eles fizeram como se fosse um (...) quando estava trabalhando eu assinei um documento agora não sei dizer a senhora o que era, na realidade eu nem lia, eu estava trabalhando, eu assinei [um documento] como se fosse pra ficar pagando pra mim receber, né? Como se fosse um contrato.*

Pergunta: *Entendi. O senhor teve ciência de que o seu nome constava na folha de pagamento da Câmara de Vereadores de Natal?*

João Batista: *Não. (...)"*

Por derradeiro, em depoimento pessoal, o demandado ADENÚBIO DE MELO GONZAGA disse que JOÃO BATISTA trabalhava no gabinete e era responsável pela divulgação, por meio de carro de som, dos eventos sociais promovidos pelo vereador.

Afirmou que WILTON DA SILVA também trabalhava no gabinete. Porém, na mesma oportunidade, disse que não lembrava se os servidores trabalhavam ou compareciam normalmente ao expediente do seu gabinete. Acentuou, ao final, que WILTON trabalhava na Presidência.

Colaciono parte do depoimento do requerido ADENÚBIO DE MELO GONZAGA:

Pergunta: *O senhor atuou por duas legislaturas na Câmara do Natal. Com relação a esta situação narrada na petição inicial pelo Ministério Público, quanto aos servidores que o senhor supostamente indicou: Wilton da Silva Gomes julho de 2007, João Batista Varela de Araújo, novembro de 2006 a julho de 2007, o que o senhor tem a dizer?*

Adenúbio de Melo: *Vamos falar primeiro de João Batista. Ele trabalhava no gabinete e tomava conta do meu carro de som, sobre divulgação dos meus eventos sociais que eu fazia.*

Pergunta: *E Wilton da Silva Gomes?*

Adenúbio de Melo: *Também no gabinete.*

Pergunta: *Então eles trabalhavam e compareciam normalmente ao expediente e desenvolviam atividades na sala ou melhor dizendo no gabinete de vossa excelência?*

Adenúbio de Melo: *Ou então não tenho lembrança. Não lembro.*

Pergunta: *Não recorda mais? Devido ao quê? Face ao tempo? em face de que o senhor não recorda?*

Adenúbio de Melo: *faz um tempo, um tempo.*

Pergunta: *senhor Adenúbio quem foi que indicou João Batista pra trabalhar com o senhor? O senhor já o conhecia ou foi indicação de alguém?*



Adenúbio de Melo: Eu não lembro.

Pergunta: E o Wilton da Silva Gomes?

Adenúbio de Melo: Também não.

Pergunta: Não lembra? O senhor tem um irmão? Idarlécio? Francisco Idarlécio? Senhor se recorda se foi Francisco que chegou a indicar Wilton ou João Batista pra ocupar esses cargos?

Adenúbio de Melo: Não lembro, eu não sei.

Pergunta: Na época em que o Wilton e João Batista ocuparam esses cargos, o senhor se recorda quem era o chefe de gabinete lá do senhor?

Adenúbio de Melo: chefe de gabinete era Arimaldo.

(...)

Pergunta: O senhor sabe se Wilton chegava dar parte dos salários pra alguém do gabinete, do próprio gabinete? esse irmão do senhor, Francisco Berlassi?

Adenúbio de Melo: Não senhor, não senhor.

Pergunta: Idarlécio, na verdade.

Adenúbio de Melo: Não, senhor

(...)

Pergunta: E o Wilton da Silva Gomes, o senhor se recorda quais eram as atribuições que ele desempenhava, o senhor disse que João trabalhava no gabinete, no carro de som, não é isso?

Adenúbio de Melo: trabalhava na presidência. Na presidência.

(...)

Pergunta: Ele trabalhava na presidência é?

Adenúbio de Melo: Sim.

Pergunta: E o que ele fazia na presidência, o senhor sabe?

Adenúbio de Melo: Não, eu não.

(...)

Pergunta: O senhor sabe se o Wilton ia ao banco acompanhado do seu irmão Francisco Idarlécio, sacar a remuneração e ficava só com cem reais do valor da remuneração e repassava o restante...

Adenúbio de Melo: não senhor. Não senhor, não senhor.

(...)



Pergunta: A segunda pessoa seria João Batista Varela, o senhor falou que ele trabalhava apesar de ligado ao gabinete, mas trabalhava nos carros de som, é isso?

Adenúbio de Melo: Isso, isso aí sim.

Pergunta: Que tipo de circuito ele fazia e que de promoção ele fazia junto esse carro de som?

Adenúbio de Melo: Ele divulgava as minhas ações no gabinete, por exemplo, eu sou evangélico, então divulgava o lugar dos cultos, das cruzadas à noite, evento de criança que eu realizava nos bairros, ele tomava conta do carro do som e era responsável pelo carro de som, o que acontecesse, ele era responsável (...)

Na espécie, constitui fato incontroverso nos autos que os servidores JOÃO BATISTA VARELA DE ARAÚJO e WILTON DA SILVA GOMES foram nomeados para o cargo em comissão de Assessor Legislativo vinculado ao gabinete do então vereador ADENÚBIO DE MELO, mas não tinham ciência do fato.

Ademais, me pareceu demonstrado que a remuneração dos “servidores fantasmas” era objeto de repasse ou divisão com pessoas intimamente vinculadas ao então vereador ADENÚBIO.

Assim, apesar de a defesa, em sede de alegações finais, apontar para a ausência de vínculo da nomeação do servidor WILTON ao gabinete do então vereador e o desconhecimento de ADENÚBIO da existência do servidor, depreendo dos autos conclusões diversas. Adensado a isso, a defesa busca responsabilizar unicamente o irmão do réu como articulador da contratação do servidor WILTON, sinalizando para a ausência da interferência do vereador.

Calha destacar, a princípio, que, ao contrário do que a Defesa sugere, na Portaria nº 175/2007-CC/MD (Id 1261868- pág. 31), WILTON DA SILVA GOMES foi nomeado pela Mesa Diretora da Câmara, mas para exercer cargo em comissão com lotação no gabinete do então vereador ADENÚBIO MELO. E vou além, voltando a atenção para o depoimento pessoal do demandado, o qual informou, num primeiro instante, que o servidor WILTON trabalhava no gabinete, e logo em seguida modificou a versão sustentada e passou a consignar que àquele trabalhava na Presidência, em indisfarçável tentativa de se furtar de quaisquer responsabilidades.

No tocante à articulação de FRANCISCO IDARLÉCIO, irmão do réu, para nomear o servidor WILTON, importa assinalar alguns pontos elucidados no depoimento da testemunha FRANCISCO GILSON DIAS AYRES DE CARVALHO, arrolada pela defesa do então vereador DICKSON NASSER.

Sucedo que, de acordo com FRANCISCO GILSON, chefe do setor de Recursos Humanos entre os anos de 2005 a 2008, a estrutura do gabinete do vereador é moldada por indicação exclusiva dele próprio, do vereador, de modo que a tarefa da Mesa Diretora da Câmara se resume a cancelar a indicação. Por oportuno, destaco trecho do depoimento da testemunha mencionada:

Advogado – Edson Siqueira: Bom dia seu Gilson. Eu queria que você pudesse explicar melhor, como é que era feito a estrutura do gabinete de cada vereador, é de livre indicação de cada parlamentar?

Francisco Gilson: Sim, a estrutura do gabinete do vereador ela é exclusivamente do parlamentar, O parlamentar é quem indica os servidores. E a mesa diretora acata, né.



Advogado – Edson Siqueira: *Esses servidores que eram indicado para a estrutura do gabinete, que era de livre iniciativa de cada vereador, ela é diferente do servidor que era lotado na administração geral?*

Testemunha: *A diferença eu diria que se dá a questão da frequência, né? Do comparecimento às dependências da câmara, né? Que é a lei ela tinha essa diferenciação, né? Que os servidores como mencionei anteriormente, né? Mas os servidores voltados nos gabinetes dos vereadores, na estrutura do gabinete dos vereadores, eles podem prestar serviço junto às comunidades, né? Junto à base do vereador pra elaboração dos projetos, né?*

Sob esse viés, descortina-se, a toda evidência, o esforço descomunal na tentativa vã de isentar o demandado da responsabilidade acerca das atribuições que são inerentes ao cargo de vereador, para tentar imputar ao próprio irmão a inserção do servidor WILTON nos quadros daquela Casa Legislativa.

Por isso mesmo, penso ser irrealizável concluir que o vereador em questão não tinha ciência da existência do senhor WILTON na estrutura do seu gabinete, o que recrudescer as evidências quanto à má-fé que revolveu a conduta do réu.

No que tange à pessoa de JOÃO BATISTA VARELA, em oposição ao que foi sustentado pelo demandado, resta evidente que àquele não exercia atribuições inerentes ao cargo de Assessor Legislativo, mas desempenhava tarefas vinculadas a serviços pessoais de motorista de carro de som para o então parlamentar municipal. Além do mais, observo que, por esses serviços, JOÃO BATISTA, o qual sequer tinha conhecimento de seu vínculo com a Casa Parlamentar, recebia um valor repassado, em espécie, por secretário vinculado a ADENÚBIO.

Digo, uma vez mais: a prática de ato de improbidade se anuncia, na espécie, seja pelo fato de que os referidos servidores não tinham ciência de que constavam no quadro de servidores comissionados da Câmara Municipal de Natal, ou porque o servidor JOÃO BATISTA percebia a contraprestação do seu trabalho por intermédio de dinheiro em espécie, através de um secretário/assessor vinculado ao então vereador ADENÚBIO DE MELO, seja ainda pela constatação de que o servidor WILTON repassava o valor percebido em sua conta bancária para o irmão/assessor do vereador ADENÚBIO. E mais: em que pese o demandado tenha afirmado que o servidor WILTON trabalhava no âmbito da Presidência da Casa Legislativa, no documento de Id 1261854- pág. 27 este consta como Assessor Legislativo –CC3 - vinculado ao gabinete do vereador Adenúbio Melo. O mesmo se denota quanto à pessoa de João Batista Varela de Araújo, o qual também figura como Assessor Legislativo –CC3 vinculado ao gabinete do vereador Adenúbio Melo, conforme Id 1261858 – pág. 36.

Nesta perspectiva, as irregularidades na prestação do serviço, na forma do pagamento e a completa desinformação de JOÃO BATISTA acerca de seu vínculo com a Câmara Legislativa desvelam e escancaram a má-fé na indicação levada a efeito pelo parlamentar ADENÚBIO.

In casu, verifico que as provas carreadas aos autos demonstram a prática do ato de improbidade que findou causando dano ao erário municipal, por parte do demandado ADENÚBIO DE MELO GONZAGA, ante a evidente má-fé e a desonestidade que pautaram esse cenário sombrio de forma de remuneração e de inserção funcional das pessoas WILTON DA SILVA GOMES e JOÃO BATISTA VARELA DE ARAÚJO nos quadros de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN, mais especificadamente na estrutura do seu próprio gabinete parlamentar.

De mais a mais, reitero: a conduta do demandado gerou danos ao erário municipal, uma vez que viabilizou o ingresso de servidores que sequer tinham ciência do vínculo de trabalho e que não prestavam o efetivo labor respectivo, a despeito de figurarem na folha de pagamento da Casa Legislativa, facilitando a indevida incorporação ao patrimônio particular de verbas municipais.



Neste passo, vejo que a pretensão ministerial merece prosperar, de sorte que a condenação é medida que se impõe.

II. 2. FRANCISCO SALES AQUINO NETO (AQUINO NETO)

Sem maiores delongas, consoante o Ministério Público, o demandado FRANCISCO SALES AQUINO NETO, então vereador de Natal, teria sido responsável pela inserção de ALDA CRISTINA DE SANTANA BRANDÃO, JEFF RICK DA SILVA TEOTÔNIO, JOSÉ JAIRTON DE ALMEIDA e JOSÉ ISRAEL DE ALMEIDA SOBRINHO na folha de pagamento da Câmara de Vereadores de Natal/RN, no contexto já narrado exaustivamente narrado nesses autos.

Relatou o *Parquet*, ainda, que em nome da pessoa de ALDA CRISTINA DE SANTANA BRANDÃO foram realizados pagamentos em três intervalos distintos.

No primeiro deles, entre abril e junho de 2006, durante a presidência de ROGERIO MARINHO, foi paga a quantia mensal de R\$ 1.047,28 (mil e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos). Durante o segundo período, a saber, entre julho de 2006 a janeiro de 2007, consta o pagamento de R\$ 1.247,64 (mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Por seu turno, num terceiro momento, entre fevereiro e julho de 2007, na presidência de DICKSON NASSER, foi repassado o valor mensal de R\$ 1.482,86 (mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos). Assevera o Parquet que chegou a ser pago, no intervalo anunciado, o total de R\$ 20.772,48 (vinte mil setecentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Com relação à pessoa de JEFF RICK DA SILVA TEOTÔNIO, o órgão ministerial alega que este fora nomeado em duas ocasiões para exercer o cargo de Assessor Legislativo.

Na primeira oportunidade, entre julho e novembro de 2006, restou pago mensalmente, em nome do servidor, o valor de R\$ 1.247,64 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Num segundo momento, notadamente no intervalo entre fevereiro e julho de 2007, foi paga a quantia mensal de R\$ 1.247,64 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) em nome do agente público. O Ministério Público sustenta, portanto, que foi repassado o valor total de R\$ 14.971,68 (quatorze mil, novecentos e setenta reais e sessenta e oito reais) em nome de JEFF RICK DA SILVA.

Realça, ainda, que houve pagamento mensal no valor de R\$ 1.247,68 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos), entre julho e novembro de 2006, em nome do servidor JOSÉ ISRAEL DE ALMEIDA, nomeado pelo então Presidente da Câmara, ROGÉRIO MARINHO. Aponta também que no período de janeiro a julho de 2007 foi paga quantia de R\$ 7.531,32 (sete mil quinhentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos). Sustenta que, ao total, a Câmara de Vereadores pagou em nome do servidor JOSÉ ISRAEL DE ALMEIDA a soma de R\$ 13.769,52 (treze mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Quanto ao demandado JOSÉ JAIRTON DE ALMEIDA, a parte autora relata que este foi nomeado por DICKSON NASSER para ocupar o cargo de Assessor Legislativo, tendo sido paga a quantia mensal de R\$ 1.247,68 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos) entre março e julho de 2007. Sob a Presidência de ROGÉRIO MARINHO, o servidor teria ocupado o cargo de código FGC-3, durante abril e junho de 2006, oportunidade na qual foi repassada mensalmente uma remuneração de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Narra que após esse período, ainda sob a Presidência de ROGÉRIO MARINHO, o referido servidor teria exercido o cargo de Assessor Legislativo e recebido mensalmente o valor de R\$ 1.247,68 (um mil duzentos e



quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos) até janeiro de 2007. Desse modo, a Câmara Municipal de Natal teria pago, em nome do servidor JOSÉ JAIRTON, a quantia total de R\$14.724,04 (quatorze mil, setecentos e vinte e quatro reais e quatro centavos).

Ainda conforme a narrativa do órgão ministerial, os servidores comissionados supracitados, com exceção de JEFF RICK, ao prestarem depoimento pessoal, esclareceram que não mantiveram vínculo de trabalho com a Câmara de Vereadores de Natal/RN.

Além disso, teriam sublinhado que moravam na cidade de Aracaju e que o único conhecido em Natal/RN era a pessoa de RONALDO, identificado como cunhado do réu AQUINO NETO.

No que concerne a JEFF RICK DA SILVA, o Ministério Público assinalou divergências em seus depoimentos.

Aponta que na primeira oitiva, JEFF RICK teria afirmado que conheceu o vereador AQUINO NETO por intermédio de RONALDO, cunhado do parlamentar, e que ambos pediram que ele abrisse uma conta bancária em Natal/RN, de modo que as despesas com deslocamento e hospedagem seriam suportadas pelo vereador AQUINO NETO.

Em seu segundo depoimento, JEFF NICK teria mudado a versão e dito que tinha conhecimento da nomeação e que efetivamente exercia o cargo para o qual foi nomeado.

Por último, o *Parquet* asseverou que os elementos de prova demonstram que os então vereadores AQUINO NETO, ROGÉRIO MARINHO e DICKSON NASSER causaram prejuízo ao erário, em razão da suposta inserção de “servidores fantasmas” no quadro da Câmara Legislativa de Natal/RN, desviando, em proveito próprio ou de terceiros, os valores provenientes das remunerações pagas em nome dos servidores mencionados.

Em sede de alegações finais, o requerido **FRANCISCO SALES DE AQUINO NETO** alegou, em síntese, que: a) ocorreu a prescrição intercorrente; b) as testemunhas JOSÉ ISRAEL DE ALMEIDA SOBRINHO, ALDA CRISTINA SANTANA BRANDÃO afirmaram que as assinaturas constantes no Termo de Posse não eram deles e, por isso, caberia ao Ministério Público solicitar a Perícia Grafotécnica; c) JEF RICK DA SILVA THEOTONIO confirmou que trabalhou, prestou serviços de forma normal e o Ministério Público não conseguiu provar nenhuma irregularidade no tocante ao exercício do cargo público pelo servidor; d) não restaram configurados os requisitos necessários para a configuração do ato de improbidade.

Pois bem. A respeito dos fatos, com efeito, **a testemunha JOSÉ ISRAEL DE ALMEIDA SOBRINHO negou ter trabalhado na Câmara de Vereadores de Natal e negou conhecer o então vereador AQUINO NETO. Disse, ainda, que não conhecia a pessoa de RONALDO, cunhado do demandado, ou qualquer pessoa vinculada ao então vereador. Afirmou, por fim, que nunca esteve na cidade de Natal/RN.**

A testemunha ALDA CRISTINA DE SANTANA BRANDÃO, por sua vez, afirmou em juízo que nunca trabalhou na Câmara Municipal de Nata/RN e que não recebeu a importância de R\$ 20.772,48 (vinte mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos) entre abril de 2006 e julho de 2007. Esclareceu que morava em Aracaju/SE e que não se deslocou até Natal/RN durante esse período.

Repisou ainda que recebeu um convite para trabalhar em Natal/RN por intermédio do Sr. RONALDO, “*mas que não deu certo*”. **Constatou que entregou cópia dos documentos pessoais para a pessoa de RONALDO, mas não assinou nenhum documento após essa entrega. Por fim, disse que nunca ouviu falar do então vereador AQUINO NETO.**

Nesse sentido, **o servidor JOSÉ JAIRTON DE ALMEIDA “afirmou que residia em Aracaju/SE e que não trabalhou na Câmara Municipal de Natal entre os meses de abril de 2006 e janeiro de 2007, março de**



2007 e julho de 2007. Esclareceu que enviou documentos para uma pessoa que lhe prometeu um emprego, porém negou ter assinado qualquer documento após o envio. Negou que tenha sido creditado em sua conta o valor de R\$ de R\$14.724,04, entre os anos de 2006 e 2007, mas disse que recebeu uma única quantia no valor de R\$ 1.300,00 pela conta do Banco do Brasil”.

Na oportunidade, JOSÉ JAIRTON disse “que a pessoa conhecida como Professor Machado fez a proposta de emprego. Relatou também que conhece RONALDO e que este tinha amizade com professor Machado. Afirmou que não conhecia AQUINO NETO. Por fim, constatou que entregou documentos de sua esposa e filho para a mesma pessoa. “

Por sua vez, a testemunha JEFF RICK DA SILVA disse “que morou em Natal/RN entre 2006 e 2007 e que trabalhou na Escola Legislativa nesse período. Afirmou, ainda, que foi indicado para o cargo pelo vereador AQUINO NETO e que não dividia a remuneração com ninguém. Disse que RONALDO era o seu vizinho. Afirmou que morava na casa dos irmãos em Capim Macio, mas não soube dizer o nome da rua e o número da casa que residiu.”

Por último, o demandado AQUINO NETO afirmou, acerca das indicações imputadas a ele, que conhece a pessoa de JEFF e JAIRTON. Confirmou que fez a indicação do servidor JEFF RICK, mas não negou a indicação de JAIRTON. Afirmou que tem um cunhado chamado RONALDO. Negou que pagou hospedagem e deslocamento para que o servidor JEFF RICK abrisse conta bancária em Natal/RN.

O réu ainda disse que RONALDO lhe apresentou JAIRTON em uma oportunidade, na casa da sogra.

Destaco alguns trechos do depoimento do réu AQUINO NETO:

Pergunta: O senhor tem ou teve um cunhado chamado Ronaldo?

Aquino Neto: tenho sim senhor.

Pergunta: ele chegou a trabalhar no gabinete do senhor? exerceu alguma função?

Aquino Neto: Não. Nunca.

Pergunta: Ele é de Sergipe é?

Aquino Neto: Não, é de Natal.

Pergunta: O senhor pediu a Jeff Rick pra ele abrir uma conta e pagou o deslocamento, hospedagem dele e ficou com o cartão de crédito da conta e o talão de cheque dessa conta todos os documentos?

Aquino Neto: Nunca

Pergunta: foi Ronaldo que apresentou, que indicou Jeff e Jair pra o senhor?

Aquino Neto: Jairton, sim senhor, eu cheguei um dia na casa da minha sogra e ele lá estava com o senhor Jairton e me apresentou dizendo que era um amigo dele, de Aracaju, pessoa que estava passando por um problema, por uma dificuldade com a esposa dele, ele tinha sido político na cidade, tinha sido vereador na eleição passada anterior ele não tinha concorrido e tinha evidentemente se empenhado na campanha do outro prefeito e ele não estava bem financeiramente. E ele me dizendo que a esposa dele estava com problema de saúde e então ele me apresentou naquela oportunidade. E pediu pra eu ver a probabilidade de arranjar algo pra ele. Pronto. E eu naquela oportunidade fui e apresentei ao prefeito, somente isso.



Muito bem. O cerne da questão gravita, basicamente, em torno da verificação da existência do dolo específico –do especial fim de agir- na conduta do demandado AQUINO NETO ao inserir, mediante indicação, as pessoas de ALDA, JOSÉ ISRAEL, JOSÉ JAIRTON e JEFF RICK para integrarem o quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN, com a consequente lesão ao erário, o que, a meu sentir, resta comprovado, na espécie.

Deveras, os autos descortinam situação na qual o ex-gestor incluiu, de forma irregular, na folha de pagamento da Casa Legislativa, nome de pessoas que nitidamente não exerceriam o efetivo labor na Câmara Municipal.

Isso porque as pessoas indicadas pelo então vereador sequer residiam em Natal/RN, eis que eram, todas elas, domiciliadas em Aracaju/SE. Enquanto isso, três dessas pessoas sequer sabiam que integravam o quadro de servidores comissionados da mencionada Casa Legislativa. Houve, portanto, desvio de dinheiro público relativo às remunerações pagas em nome das pessoas acima referidas através do expediente narrado, sendo evidente, portanto, o prejuízo ao erário.

Para mais, o dolo específico me parece estar comprovado pelos depoimentos dos próprios “servidores fantasmas”, os quais foram adensados, explicitamente, pela patente contradição verifica nas oitavas do Sr. JEFF RICK DA SILVA TEOTÔNIO.

Em outras palavras: na sua primeira oitava (Id 1262404 - Pág. 22) perante o Ministério Público, o servidor negou ter trabalhado na Câmara Municipal de Natal e consignou detalhadamente “*que conheceu AQUINO NETO por intermédio de RONALDO, e que ambos pediram que abrisse uma conta na cidade de Natal/RN*”.

Nesse sentido, asseverou que todas as despesas, a exemplo de deslocamento e de hospedagem, foram suportadas pelo dito parlamentar.

Consta, ainda, das declarações prestadas no órgão ministerial que o servidor JEFF RICK relatou “*que dessa conta o declarante não ficou com nada – cartão, cheque, contrato ou outro documento qualquer – tudo ficou com AQUINO em Natal, não sabem se esse repassou a outra pessoa*”.

Em contramão ao relato anterior, na segunda ocasião na qual fora ouvido (Id 1262404 – pág. 25/26), o servidor JEFF RICK disse “*que, trabalhou na Escola Legislativa da Câmara de Natal, no período de julho/2006 a julho/2007. Que, começou a trabalhar na referida Escola após conhecer o Vereador Aquino. O vereador tentou primeiro arranjar o emprego na prefeitura de Natal, quando então falou com o Prefeito Carlos Eduardo, e esse mandou falar com seu secretário, o Sr. Ranieri. Como RANIERI não conseguiu o cargo na Prefeitura, colocou o declarante na Escola da Câmara (...). Que acha que Aquino é cunhado de um vizinho do declarante de nome RONALDO, mas não foi lá que conheceu Aquino, mas sim em Natal*”.

Em juízo, JEFF RICK consignou que morou em Natal entre 2006 e 2007, oportunidade em que trabalhou na Escola Legislativa e que tinha conseguido o cargo por indicação do vereador AQUINO. Afirmou “*que o salário não era dividido com ninguém*.” Relatou que “*morava em Capim Macio com os irmãos, mas que não sabia dizer o nome da rua ou o número da residência. Nessa oportunidade, não houve menção ao nome de RANIERI como responsável pela aquisição do cargo público na Escola Legislativa*.”

Destaco, portanto, que do primeiro depoimento do Sr. JEFF RICK, extrai-se o *modus operandi* manejado pelo demandado AQUINO NETO, o qual se utilizou de seu cunhado, RONALDO, para convencer àquele a abrir conta bancária na cidade do Natal/RN, com o intuito manifesto de fraudar a lei.

Entendo, sem maiores esforços, que as desarrazoadas alterações nas versões sustentadas pelo Sr. JEFF RICK visaram unicamente encobrir e ocultar as severas irregularidades levadas a cabo pelo então



vereador AQUINO NETO. Este, no uso indevido de suas atribuições, indicou pessoas que indubitavelmente não prestariam serviço público para a Câmara Legislativa Municipal e, assim mesmo, tiveram seus nomes vinculados à folha de pagamento do órgão parlamentar respectivo.

Quero dizer, numa palavra final: uma vez que referida conduta ocorreu ao arrepio das previsões legais e, ainda, das exigências esculpidas pelos princípios da Administração Pública, mais precisamente da legalidade e da moralidade, bem como estando presentes os requisitos do dolo específico e evidenciada a má-fé, especialmente diante da comprovada ciência do demandado da realização de atos contrários à lei, a imputação de responsabilização ao agente público é de rigor.

II. 3. FRANCISCO DE ASSIS VALETIM DA COSTA (BISPO ASSIS)

Conforme narra o Ministério Público, **FRANCISCO DE ASSIS**, conhecido por **BISPO ASSIS**, o então vereador de Natal/RN, teria aparecido na lista apreendida na Câmara de Vereadores de Natal/RN como responsável pela indicação dos servidores comissionados ANDREIA DOS SANTOS SIMÕES, KELI GOMES ROSA e PEDRO LUÍS ROSSI CERQUEIRA.

Aponta o órgão ministerial que os ditos servidores foram nomeados pelo demandado DICKSON NASSER em 01 de fevereiro de 2007, mediante a Portaria nº 0050/2007-CC/MD (Id 1261868 - Pág. 25), para exercerem o cargo de Assessor Legislativo, com a remuneração mensal de R\$1.047,28 (mil e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos).

Relata o *Parquet*, que a ANDREIA DOS SANTOS SIMÕES foi nomeada para o mesmo cargo, no ano de 2006, pelo então presidente da Câmara, ROGÉRIO MARINHO. Sustenta que entre junho a novembro de 2006 e janeiro a julho de 2007, foi paga em nome da servidora a soma de R\$ 13.614,64 (treze mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos).

Realça, ainda, que o servidor PEDRO LUIS ROSSI CERQUEIRA também foi nomeado para o cargo de Assessor Legislativo em duas oportunidades anteriores. Alega que, sob a presidência de ROGÉRIO MARINHO, o servidor ocupou o cargo durante abril e novembro de 2005 e durante janeiro e novembro de 2006. Desse modo, a Câmara Municipal de Natal teria pago, em nome do servidor a quantia de R\$ 27.229,28 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos).

Destaca o órgão ministerial que não foi possível aferir os valores pagos em nome da servidora KELI GOMES ROSA, diante da ausência de encaminhamento dessas informações pela Câmara de Vereadores, as quais não foram obtidas também por intermédio de mandado de busca e apreensão.

Sustenta que, em sede de inquérito civil, todas as pessoas referenciadas negaram ter exercido qualquer atividade laborativa na Câmara Municipal de Natal, como também negaram ter recebido qualquer remuneração proveniente do órgão parlamentar.

Por fim, assevera que as provas demonstram que os requeridos BISPO ASSIS e DICKSON NASSER causaram prejuízo ao erário, em razão da suposta inserção de “servidores fantasmas” no quadro da Câmara Legislativa de Natal/RN, desviando, em proveito próprio ou de terceiros, recursos provenientes das remunerações pagas em nome dos servidores.

Em sede de alegações finais, o requerido **FRANCISCO DE ASSIS VALETIM DA COSTA** alegou que: a) houve prescrição intercorrente; b) durante a instrução processual, não ficou demonstrado que o réu recebeu qualquer quantia em dinheiro; c) no caso em referência, não existiu dolo específico; c) não restaram configurados os requisitos legais para a caracterização do ato de improbidade.



Com efeito, a respeito dos fatos, a testemunha ANDREIA DOS SANTOS SIMÕES, em oitiva ministerial (Id 1262403- pág.01), negou ter prestado serviço e negou ter recebido qualquer remuneração da Câmara de Vereadores de Natal/RN. Na ocasião, afirmou que conhece o vereador FRANCISCO, eis que este seria pai de ALESSANDRO SILVA DA COSTA, vizinho e amigo íntimo da depoente.

Relatou que forneceu procuração para ALESSANDRO e cópia dos seus documentos pessoais, para fins de instrução em processos judiciais. Comunicou também que assinou todos os documentos que ALESSANDRO apresentou, em virtude da confiança nele depositada.

O Ministério Público requereu a dispensa da testemunha ANDREIA DOS SANTOS SIMÕES, conforme Termo de Audiência sob Id 741980, razão pela qual não foi ouvida em juízo.

Por sua vez, a testemunha KELI GOMES afirmou, em audiência, que mora no Rio de Janeiro e que nunca esteve em Natal/RN. Consignou que Bispo Assis é casado com a irmã do padrasto da depoente, mas que não recebeu proposta de trabalho do vereador.

A depoente KELI GOMES disse ainda que forneceu cópia dos documentos pessoais para o filho do réu, ALESSANDRO, quando precisou da ajuda deste com serviços advocatícios. Asseverou que não tinha ciência de que constava na folha de pagamento da Câmara de Vereadores de Natal/RN.

No mais, a testemunha PEDRO LUÍS ROSSI CERQUEIRA, por sua vez, disse que não morou em Natal/RN entre os anos de 2006 e 2007 e que nunca prestou serviços para o demandado FRANCISCO DE ASSIS. Apesar disso, afirmou que fez faculdade no Rio de Janeiro com o filho do vereador, ALESSANDRO, e, no final da graduação, este lhe propôs que trabalhassem juntos em Natal/RN.

O depoente informou que aceitou a proposta e entregou a documentação a ALESSANDRO. Disse que esteve em Natal/RN para buscar a carteira da OAB em 2005, porém nunca mais retornou à capital potiguar. Na oportunidade, assinalou que ALESSANDRO não montou o escritório prometido. Por fim, PEDRO LUÍS confirmou que não tinha ciência de que o seu nome constava na folha de pagamento da Câmara de Vereadores de Natal.

Por último, o demandado BISPO FRANCISCO DE ASSIS, em sede de depoimento prestado perante o juízo, aduziu que nunca teve contato com as pessoas de ANDREIA DOS SANTOS, KELI GOMES E PEDRO LUÍS ROSSI. Ratifica que estes nunca foram ao seu gabinete ou prestaram serviços para este.

Nesse sentido, ressalto fragmento do depoimento pessoal do vereador:

Pergunta: *O senhor foi vereador na cidade do Natal em que período?*

Bispo Assis: *A partir de primeiro de janeiro de dois mil e cinco.*

Pergunta: *Até quando?*

Bispo Assis: *Dois mil e cinco, até hoje estou no exercício. Quinto mandato. Desde janeiro de dois mil e cinco com acento na Câmara de Vereadores do Natal. Até hoje.*

Pergunta: *O Ministério Público imputa ao senhor a indicação e nomeação supletiva pela mesa ou pela presidência da Câmara de Vereadores das seguintes pessoas: Andréa dos Santos Simões, Kelly Gomes Rosa, Pedro Luiz Rossi Cerqueira. O senhor conhece essas pessoas?*

Bispo Assis: *Não, senhor, nunca tive contato com essas pessoas, nunca vieram no meu gabinete e nunca prestaram nenhum tipo de serviço aqui.*



Pergunta: Se o senhor não conhece logicamente elas não prestaram serviço ao senhor e o senhor também não fez nenhuma indicação a Presidência da Câmara, nem a mesa diretora para indicá-las?

Bispo Assis: Não, porque todos os que eu indicava era um Ofício e não fiz.

Pergunta: o senhor sabe informar se chegou a existir nesse período de dois mil e cinco a dois mil e seis, a divisão ou o rateio dos vencimentos dos servidores com vereadores que faziam a indicação?

Bispo Assis: Não, senhor.

Pergunta: O senhor tem um filho chamado Alessandro Silva da Costa?

Bispo Assis: Tem, mas não mora comigo há mais de vinte anos.

Pergunta: Ele nunca trabalhou no gabinete do senhor?

Bispo Assis: Não.

(...)"

Na espécie, em que pese o demandado tenha negado a indicação do nome das referidas pessoas para nomeação pela Presidência da Câmara ou pela Mesa Diretora, no documento de Id 1261849 – pág. 22/23- estas constam como indicações dele próprio, do vereador FRANCISCO DE ASSIS VALETIM DA COSTA (BISPO ASSIS).

De mais a mais, extrai-se do teor da Portaria nº 0050/2007 - Id 1261868 – pág. 25- que os servidores figuravam como Assessores Legislativos – CC4- vinculados ao gabinete do vereador Francisco de Assis.

Destaco, ainda, a informação fornecida pela testemunha FRANCISCO GILSON, chefe do setor de Recursos Humanos entre os anos de 2005 a 2008, no sentido de que a estrutura do gabinete do vereador é moldada por indicação exclusiva dele mesmo, do vereador. Nesse sentido, vejamos parte do depoimento da testemunha:

Advogado – Edson Siqueira: Bom dia seu Gilson. Eu queria que você pudesse explicar melhor, como é que era feito a estrutura do gabinete de cada vereador, é de livre indicação de cada parlamentar?

Francisco Gilson: Sim, a estrutura do gabinete do vereador ela é exclusivamente do parlamentar, O parlamentar é quem indica os servidores. E a mesa diretora acata, né.

Advogado – Edson Siqueira: Esses servidores que eram indicado para a estrutura do gabinete, que era de livre iniciativa de cada vereador, ela é diferente do servidor que era lotado na administração geral?

Francisco Gilson: A diferença eu diria que se dá a questão da frequência, né? Do comparecimento às dependências da câmara, né? Que é a lei ela tinha essa diferenciação, né? Que os servidores como mencionei anteriormente, né? Mas os servidores voltados nos gabinetes dos vereadores, na estrutura do gabinete dos vereadores, eles podem prestar serviço junto às comunidades, né? Junto à base do vereador pra elaboração dos projetos, né?

Muito bem. O cerne da questão gravita, basicamente, em torno da verificação da existência do dolo específico –do especial fim de agir- na conduta do demandado BISPO ASSIS ao inserir, mediante indicação, as pessoas de ANDREIA DOS SANTOS SIMÕES, KELI GOMES ROSA e PEDRO LUÍS ROSSI CERQUEIRA para integrarem o quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN, com a consequente lesão ao erário, o que, a meu sentir, resta comprovada na espécie.



Sem delongas, denoto que a instrução processual trouxe à luz do dia o fato de que o demandado incluiu, “de fachada”, pessoas das quais tinha ciência que não exerceriam, regularmente, as atribuições dos cargos para as quais foram nomeadas, o que recrudescer as evidências quanto à má-fé que revolveu a conduta do réu.

Isso porque as pessoas indicadas pelo vereador sequer residiam em Natal/RN, tampouco tinham ciência de que integravam o quadro de servidores comissionados do poder legislativo municipal. Todas elas, repita-se à exaustão, negaram exercer ou ter exercido qualquer atividade laborativa na Câmara Municipal de Natal, bem como negaram ter recebido, a qualquer título, alguma remuneração oriunda daquela casa legislativa.

Além do mais, as testemunhas, de forma unânime, declararam conhecer a pessoa ALESSANDRO, identificado como filho do vereador FRANCISCO DE ASSIS, e afirmaram que entregaram cópias de documentos pessoais para ele.

Dessa forma, me pareceu demonstrado que a obtenção da documentação para nomeação dos “servidores fantasmas” com lotação no gabinete do vereador foi atribuída à pessoa intimamente vinculada ao BISPO ASSIS, qual seja, seu próprio filho.

In casu, verifico que as provas carreadas aos autos demonstram a prática do ato de improbidade que findou causando dano ao erário municipal, por parte do demandado FRANCISCO DE ASSIS VALENTIM DA COSTA, ante a evidente má-fé e a desonestidade que pautaram esse cenário sombrio de forma de remuneração e de inserção funcional das pessoas de ANDREIA DOS SANTOS SIMÕES, KELI GOMES ROSA e PEDRO LUÍS ROSSI CERQUEIRA, nos quadros de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN, mais especificadamente na estrutura do seu próprio gabinete parlamentar.

Em suma, reitero: a conduta do demandado gerou danos ao erário municipal, uma vez que viabilizou o ingresso de servidores que sequer tinham ciência do vínculo de trabalho e que não prestavam o efetivo labor respectivo, a despeito de figurarem na folha de pagamento da Casa Legislativa, facilitando a indevida incorporação ao patrimônio particular de verbas municipais.

Neste passo, vejo que a pretensão ministerial merece prosperar, de sorte que a condenação é medida que se impõe.

II. 4. EDIVAN MARTINS TEIXEIRA

O Ministério Público alega, em síntese, que o demandado EDIVAN MARTINS TEIXEIRA, então vereador de Natal, teria sido responsável pela indicação da servidora INÊS VIRGÍNIA CABALLERO DA SILVA PEREIRA para ocupar o cargo comissionado de código FGC- 01, na Câmara de Vereadores de Natal.

Relatou o *parquet*, ainda, que a posse ocorreu em 02 de julho de 2007, e fora assinada pelo então Presidente da Câmara Municipal, DICKSON NASSER. Aponta que houve o pagamento em nome da mencionada servidora, de maio a julho de 2007, do valor global de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

De acordo com o órgão ministerial, a servidora INÊS VIRGÍNIA, em resposta à notificação ministerial, negou ser ou ter sido funcionária da Câmara de Vereadores de Natal/RN; não soube quem poderia ter utilizado o seu nome para obter recursos públicos de maneira fraudulenta e, por fim, informou conhecer o ex-vereador EDIVAN MARTINS.

Sustenta que os esclarecimentos da testemunha confirmam a informação veiculada na listagem apreendida na Câmara de Vereadores, a qual aponta para o parlamentar EDIVAN MARTINS como sendo o padrinho político da funcionária INÊS e, como consequência, beneficiário da fraude ora sob análise.



No que concerne à pessoa de INÊS VIRGÍNIA, o Ministério Público sugeriu diversas divergências em seus depoimentos.

Pontuou que a testemunha, em contramão ao que disse em sede de inquérito civil, teria mudado a versão e dito que tinha conhecimento e que efetivamente exercia o cargo para a qual foi nomeada, nas horas vagas.

Por último, o *Parquet* asseverou que os elementos de prova demonstram que os então vereadores EDIVAN MARTINS e DICKSON NASSER causaram prejuízo ao erário, em razão da suposta inserção de “servidores fantasmas” no quadro da Câmara Legislativa de Natal/RN, desviando, em proveito próprio ou de terceiros, os valores provenientes das remunerações pagas em nome da servidora mencionada.

Na peça defensiva (Id 94391851), o requerido sustenta, em síntese, que a) houve o efetivo exercício da contraprestação laboral pela Sra. Inês no gabinete do Sr. Edivan na sede da Câmara Municipal de Natal durante o período questionado e também a percepção da remuneração integral pela servidora; b) não existe dolo específico de enriquecimento ilícito e dano ao erário; c) houve a prescrição intercorrente no caso.

Pois bem. A respeito dos fatos, observo que a **testemunha INÊS VIRGÍNIA CABALLERO DA SILVA PEREIRA, em um primeiro esclarecimento, negou ter trabalhado na correspondente Casa Legislativa. Porém, em uma nova oitiva, alterou a versão sustentada e passou a manifestar que efetivamente trabalhou no gabinete do demandado EDIVAN MARTINS.**

Na ocasião, consignou que trabalhou entre os meses de maio e julho de 2007 e que acreditava que recebia mediante depósito em conta. Afirmou que trabalhava no gabinete do parlamentar nas horas vagas, fora do expediente do ITEP.

Constatou que tinha experiência com documentos, arquivos, ofícios e memorandos, e por essa razão fora chamada para tentar auxiliar na organização dos expedientes. Porém, diante da baixa remuneração e da carga de trabalho, resolveu sair, eis que, a seu juízo, não compensava.

Destaco alguns trechos do depoimento da servidora:

“(…)

Pergunta: a senhora confirma ter recebido uma documentação em dois mil e sete por parte do Ministério Público questionando a senhora sobre esse trabalho desenvolvido junto à Câmara Municipal?

Inês Virgínia: Sim, confirmo.

Pergunta: está aqui no nos altos do processo uma resposta a notificação do no Ministério Público e que a resposta aos questionários formulados pelo Ministério Público assinado dia vinte e dois de março de dois mil e treze a senhora afirmou que não trabalhou na Câmara Municipal. A senhora poderia esclarecer?

Inês Virgínia: Porque foi tão pouco tempo que eu não lembrava que realmente tinha né? Tinha sido dessa forma. Eu só vim ver que realmente eu tinha né? Tinha assinado minha carteira quando eu fui anos depois ao INSS solicitar uma certidão de tempo de serviço minha. E lá, a moça do INSS disse a senhora trabalhou na câmara? Disse não. Porque não lembrava disso eu acreditava que eu tinha apenas passado por um período de experiência né? Foi tão pouco tempo aí a moça disse sim a senhora trabalhou eu disse aí eu já não lembrava mais disso então ali foi que eu realmente lembrei que tinha sido que tinha assinado minha carteira enfim mas foi praticamente um período de experiência porque pra mim não deu certo né? Era muito pouca remuneração e o trabalho era muito né? Então eu pra mim não compensava eu tinha hora pra chegar e não tinha hora pra ir embora e eu tinha outro né? Outro trabalho, eu tinha que me dedicar ao meu outro trabalho realmente.



Pergunta: A senhora se recorda do nome do seu chefe imediato no setor de trabalho junto à câmara ou o nome de algum colega de trabalho nesse período?

Inês Virgínia: eu trabalhava diretamente com Edvan, eu fazia a agenda dele, organizava a agenda dele e depois de organizar a agenda dele eu ia cuidar da documentação, né? Dos memorandos, dos ofícios, dos arquivos dele deixa tudo organizado pra que no outro dia ele realmente pudesse estar localizado dentro do que ele precisava. E ali eu ia embora.

Pergunta: A senhora não lembra de ter recebido valor algum que a senhora falou que era experiência ou a senhora recebia valor só que não era suficiente pra senhora? Por isso que a senhora se desligou. Queria entender isso.

Inês Virgínia: Sim eu recebi sim meus salários nesses meses, mas achei pouco pro montante de trabalho que tinha. E aí eu acreditava que não valia a pena continuar.

Pergunta: Está certo. nos autos também consta os contracheques da senhora, certo? E lá consta que a senhora recebia em conta do Banco do Brasil, eu gostaria só de confirmar se a conta é da senhora, certo? Banco do Brasil agência zero quinze oito oito um, conta corrente dezanove, sete, dois, dois, X. É isso, é da senhora essa conta?

Inês Virgínia: Sim, essa conta é. Há trinta anos. E é a única conta que eu tenho

Pergunta: Certo. E com relação as atividades que a senhora exercia esse trabalho que a senhora fazia era no arquivo? não lidava com o público ou tinha atendimento ao público como era?

Inês Virgínia: assim eu organizava a agenda dele, tentava organizar pra que no dia seguinte nos dias posteriores realmente ele tivesse um pouco de folga e também ele pudesse atender as pessoas que estavam dentro do daquele dia, fora a agenda o que realmente me dedicava era a organizar a documentação do gabinete certo.

Pergunta: Como era essa organização a senhora recebia documento arquivado ou organizou tudo como era trabalho da senhora lá?

Inês Virgínia: Tudo. Recebia os documentos, arquivava, por data, por importância, separava esses arquivos por assuntos, tipo de documento, deixava tudo organizado de forma que ele pudesse encontrar o mais fácil possível.

Pergunta: Certo. Com relação a remuneração da senhora esse valor que a senhora recebeu, existe alguma solicitação do seu Edivan, de alguém do gabinete pra senhora devolver alguma parte do salário, tem que sacar um pedaço, ele dá alguma coisa?

Inês Virgínia: Não, de forma alguma, já era tão pouco.

Pergunta: Certo. Então a senhora desfrutava que recebia?

Inês Virgínia: sim

(...)”.

Por seu turno, o demandado EDIVAN MARTINS constatou que teve conhecimento da nomeação da dita servidora e que esta foi lotada no seu gabinete entre maio e julho de 2007. Relatou que a servidora realizava



atendimento ao público e auxiliava nos trabalhos parlamentares relativos ao plenário da Câmara Municipal, negando a existência de qualquer fracionamento ou partilha de salário.

Bem. Denoto que o cerne da questão gravita, uma vez mais, em torno da verificação da existência do dolo específico –do especial fim de agir- na conduta do demandado EDIVAN MARTINS ao pretensamente inserir, mediante indicação, a pessoa de INÊS VIRGÍNIA CABALLERO DA SILVA PEREIRA para integrar o quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN, com a consequente lesão ao erário, o que, a meu sentir, não restou suficientemente comprovado.

Sob a minha ótica, o Ministério Público do Rio Grande do Norte não logrou êxito em demonstrar a má-fé do demandado, ou a intenção deliberada em causar dano ao erário público. O caderno processual, neste particular, me parece confuso e embaraçado, não desvelando a certeza necessária para a condenação a título de improbidade administrativa.

Na espécie, não vejo como caracterizar a conduta do requerido como ato doloso de improbidade administrativa, inclusive porque, diante do cenário de suposta lesão ao erário, não se descortinam fatores concretos que tenham se traduzido em prejuízos.

Isso porque, conforme depoimento da servidora INÊS, houve efetivo exercício de suas funções na Casa Legislativa. E a alegada tentativa de desfazimento do depoimento prestado inicialmente, ou de alteração de versões, ou ainda os apontados esquecimentos, por parte da testemunha, acerca da prestação de serviços à referida casa legislativa, não tem o condão de, isoladamente, supedanear a condenação.

Quero dizer: embora o senso comum e as nuances atinentes ao caso possam sugerir a ocorrência do ilícito, não há elemento probatório inequívoco que venha a conduzir este magistrado à certeza necessária para a demonstração inequívoca do intuito ardiloso que viesse a remarcar a conduta do réu e caracterizar o ato ímprobo. Assim, embora a pretensão ministerial esteja em uma zona fronteira, em face de eventuais contradições constatadas, não há razão suficiente para autorizar este juiz a ignorar, e tampouco relativizar o cumprimento do dogma segundo o qual, em direito sancionador, afigura-se imperiosa a certeza no íntimo do julgador para que se justifique qualquer tipo de reprimenda imposta ao particular.

Neste sentido, tenho que o Parquet não logrou êxito em comprovar o dolo do demandado em promover dano aos cofres públicos. E sem a figura do dolo é irrealizável concluir pela caracterização de improbidade administrativa.

Alfim e ao cabo, ante a ausência da demonstração do dolo na conduta praticada pelo demandado, **a improcedência dos pedidos lavrados pelo Órgão Ministerial é medida que se impõe.**

II. 5. FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS

Conforme relata o Ministério Público, o demandado FERNANDO LUCENA, então vereador de Natal/RN teria sido responsável pela indicação da servidora LUÍSA ELISANDRA ROCHA DE OLIVEIRA, para figurar na folha de pagamento da Câmara Municipal de Natal.

Narra o *parquet* que a servidora foi nomeada em 01 de novembro de 2007 pelo então presidente da Casa Legislativa, DICKSON NASSER, para exercer o cargo de Assessora Parlamentar no gabinete do vereador FERNANDO LUCENA, tendo sido paga, em nome dela, de novembro de 2007 a setembro de 2008, a quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

Sustenta, ainda, que a mencionada servidora ocupou o cargo de Assessora Legislativa, no período de agosto de 2006 a outubro de 2007, sob a presidência do vereador ROGÉRIO MARINHO, oportunidade na qual foi



pago em nome da servidora um salário mensal de R\$ 1.247,64 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Aponta também que foi despendido em nome da servidora LUISA ELISANDRA o valor global de R\$ 34.566,96 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos).

De acordo com a parte autora, a notificada, ao prestar esclarecimentos para o Ministério Público, negou ter sido servidora pública na Câmara Municipal de Natal. Além disso, consigna o órgão ministerial que, apesar do nome da servidora constar na folha de pagamento do órgão parlamentar desde 2006, a servidora afirmou que somente em 2007 a amiga JULIANA LUCENA PEREIRA, filha do vereador FERNANDO LUCENA, pediu que abrisse uma conta bancária na Caixa Econômica Federal, para que JULIANA pudesse receber uma mesada do parlamentar.

Consoante o Ministério Público, LUÍSA afirmou que nos meses de setembro e outubro de 2007 recebeu dois depósitos mensais no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) em sua conta do Banco do Brasil, que foram cobradas, com insistência, por FERNANDO LUCENA JÚNIOR, filho do demandado.

O Ministério Público fundamenta a pretensão condenatória na evidência da utilização dos dados pessoais e bancários da Sra. LUISA ELISANDRA pelo vereador FERNANDO LUCENA, sendo este responsável pelo locupletamento dos valores pagos supostamente à servidora a título de contraprestação pelo trabalho, nunca prestado, perante a Câmara Municipal.

Nas alegações finais (Id 94460186), o demandado alegou, em síntese, que: a) as provas documentais diferem totalmente da narrativa que o *parquet* vem tentando imputar desde o ajuizamento da presente ação de improbidade, conforme vem se provando desde a defesa prévia; b) a narrativa exposta pela testemunha Luísa Elisandra não demonstra, por meio de conduta específica e individualizada, a participação do réu, como forma de comprovar não somente o nexos causal entre o ato ímprobo imputado e os benefícios decorrentes da conduta, mas também a existência de efetivo elemento subjetivo; c) ausentes os requisitos para a responsabilidade pessoal do demandado, quais sejam, conduta, dano, nexos causal e culpa/dolo;

Por derradeiro, o requerido pugnou, que: a) o pedido de que seja julgado integralmente improcedente o pedido ressarcimento ao erário formulado pelo Ministério Público Estadual, tendo em vista que a prescrição da pretensão punitiva já foi decretada por meio da Decisão de ID 28521004; b) seja rejeitado o pedido de condenação, seja porque aplicação do Tema 1199 julgado pelo e. Supremo Tribunal Federal não permite mais a condenação por suposto ato de improbidade na modalidade culposa, seja porque ainda, caso fosse reconhecida a existência de mera culpa apenas de modo retórico, a pretensão ressarcitória também já se encontraria prescrita desde o dia 01 de janeiro de 2014, de acordo com a aplicação do Tema 897 do STF.

Eriçadas as devidas considerações, devo destacar que, em 04 de julho de 2018, foi publicada decisão tombada sob o Id 28521004, a qual reconheceu a prescrição da pretensão sancionatória por ato de improbidade administrativa desde 01 de janeiro de 2014 com relação ao demandado FERNANDO LUCENA PEREIRA, eis que este não fora reeleito no pleito eleitoral municipal de 2008, tendo sido excepcionado, portanto, apenas a questão inerente ao ressarcimento ao erário.

Nesse sentido, ressalto que a Supremo Tribunal Federal, conforme se verifica no Tema n. 897 (RE nº 852.475/SP), em decisão lavrada em sede de repercussão geral, assentou que as Ações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa são imprescritíveis se fundadas em prática de atos dolosos. Colaciono, por oportuno, o julgado respectivo, *in verbis*:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO.

1. A prescrição é instituto que milita em favor da estabilização das relações sociais.



2. Há, no entanto, uma série de exceções explícitas no texto constitucional, como a prática dos crimes de racismo (art. 5º, XLII, CRFB) e da ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV, CRFB).

3. O texto constitucional é expresso (art. 37, § 5º, CRFB) ao prever que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos na esfera cível ou penal, aqui entendidas em sentido amplo, que gerem prejuízo ao erário e sejam praticados por qualquer agente.

4. A Constituição, no mesmo dispositivo (art. 37, § 5º, CRFB) decota de tal comando para o Legislador as ações cíveis de ressarcimento ao erário, tornando-as, assim, imprescritíveis.

5. São, portanto, imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

6. Parcial provimento do recurso extraordinário para (i) afastar a prescrição da sanção de ressarcimento e (ii) determinar que o tribunal recorrido, superada a preliminar de mérito pela imprescritibilidade das ações de ressarcimento por improbidade administrativa, aprecie o mérito apenas quanto à pretensão de ressarcimento.

(RE 852475, Relator (a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Relator (a) p/ Acórdão: Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019)

Superada a discussão acerca da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, remanesce pendente de análise os elementos constantes nos autos, neste ponto.

Pois bem. A respeito dos fatos, a testemunha LUÍSA ELISANDRA ROCHA negou ter trabalhado na Câmara de Vereadores de Natal e ter prestado qualquer serviço ao vereador FERNANDO LUCENA. Porém, afirmou ter recebido um crédito em conta proveniente do órgão parlamentar, mas não soube estimar o valor.

Esclareceu ainda, em juízo, que era amiga íntima de JULIANA LUCENA PEREIRA DOS SANTOS, filha de FERNANDO LUCENA, e no decorrer de seu curso universitário, pediu alguns favores relacionados a consultas médicas, oportunidade em que JULIANA teve acesso aos documentos pessoais da testemunha.

Disse, também, que conseguiu uma bolsa na faculdade, mas descobriu que não poderia usufruí-la, já que figurava como servidora comissionada na Câmara Municipal. E mais: ao descobrir esse fato, solicitou que JULIANA retirasse o seu nome.

Relatou também que devolveu à filha do vereador um dos valores percebidos, argumentando que não sabia do que se tratava. Constatou que foi direto ao banco e devolveu, em dinheiro, o valor referido à pessoa de JULIANA LUCENA, acrescentando que os valores continuaram a ser enviados para a conta bancária correspondente. Informou, por sua vez, que não fez a abertura de conta bancária na Caixa Econômica.

Acentuou que JULIANA havia lhe pedido o repasse de valores, sob o argumento de que precisava receber algumas quantias, e como era filha de FERNANDO LUCENA não poderia receber os montantes de forma direta. Aduziu que nessa abordagem JULIANA já estava com a senha e o cartão da conta bancária aberta em nome da testemunha.

Por sua vez, o demandado FERNANDO LUCENA sustentou que conheceu LUÍSA em 2008, por ela ter uma atuação social forte, pois era do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRN. Diante disso, contratou LUÍSA para trabalhar em seu gabinete, mas apenas no ano de 2008. Assinalou que a Assessora não trabalhou em 2007 no referido gabinete, e que LUÍSA trabalhou como sua Assessora Parlamentar com atuação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



O requerido asseverou que não tinha conhecimento da relação de amizade entre LUÍSA e JULIANA, mas que sabia que LUÍSA e FERNANDO LUCENA JÚNIOR eram amigos, pois participaram, durante a universidade, da mesma chapa e da mesma direção do DCE.

Na espécie, constitui fato incontroverso nos autos que a servidora LUÍSA ELISANDRA ROCHA DE OLIVEIRA fora nomeada para o cargo em comissão de Assessora Parlamentar – APM- 5-, com lotação no gabinete do Vereador Fernando Lucena, conforme documento de Id. 1262249 - Pág. 21/26, mas não tinha ciência do vínculo com a Casa Legislativa.

Ademais, me pareceu demonstrado que a remuneração da “servidora fantasma” era objeto de repasse ou divisão com pessoas intimamente vinculadas ao então vereador FERNANDO LUCENA.

Assim, embora a defesa, em sede de alegações finais, pretenda fazer acreditar que a nomeação da servidora pautou-se em fatores de ordem técnica e/ou política, e que a exoneração se deu em razão da ausência de resultados almejados, depreendo dos autos conclusões diversas.

A princípio, passo a acentuar algumas contradições que inviabilizam o acolhimento da defesa do demandado.

A uma: em sede de inquérito civil, a defesa destacou que em fiscalização de dados levada a cabo no gabinete do acusado antes do recesso legislativo, em outubro de cada ano, tomou conhecimento de que a pessoa de LUÍSA ELISANDRA ROCHA “nunca tinha pisado em seu gabinete”, tendo sido o fato, inclusive, questionando ao chefe do gabinete, pois o demandado não a conhecia (Id 1261866- pág.33/34).

Em evidente divergência, no depoimento pessoal e nas alegações finais, a parte demandada modifica a versão apresentada e passa a sustentar que a servidora tinha sido nomeada para o cargo em razão de sua atuação com movimentos sociais, tendo, efetivamente, exercido suas funções.

Dessa forma, o contraste das versões suscitadas pela defesa, as quais indisfarçavelmente pretendem encobrir e ocultar a nítida irregularidade da conduta do demandado, é adensado pelo depoimento da servidora LUÍSA a qual, por diversas vezes, confirmou que jamais prestou serviço ao vereador FERNANDO LUCENA e que não tinha vínculo com a Casa Legislativa no período recortado na exordial.

Por isso, denoto que a instrução processual trouxe à luz do dia o fato de que o demandado incluiu, “de fachada” e artificialmente, pessoa da qual tinha ciência que não exerceria, regularmente, as atribuições dos cargos para a qual foi nomeada, para beneficiar pessoas do seu ciclo familiar, o que recrudescer as evidências quanto à má-fé que revolveu a conduta do réu.

Quero dizer, numa palavra final: uma vez que referida conduta ocorreu ao arrepio das previsões legais e, ainda, das exigências esculpidas pelos princípios da Administração Pública, mais precisamente da legalidade e da moralidade, bem como estando presentes os requisitos do dolo específico e evidenciada a má-fé, especialmente diante da comprovada ciência do demandado da realização de atos contrários à lei, restou configurado o ato de improbidade previsto no art. 10, inciso I, da Lei 8.429/92.

Assim, diante da prescrição que veio a acometer a pretensão inicial, relativamente às sanções, remanesce necessária a imposição da obrigação de ressarcir, eis que evidenciado o desfalque de valores pertencentes ao erário, como forma de providenciar o retorno *ao status quo ante*.

II. 6. SALATIEL DE SOUZA



Consta da Exordial que a lista apreendida na deflagração da “Operação Impacto”, o demandado SALATIEL DE SOUZA foi responsável pela indicação de ELIZETE DUARTE para o cargo de provimento em comissão na Câmara de Vereadores, em três momentos distintos.

No primeiro deles, entre junho a novembro de 2006, durante a presidência de ROGERIO MARINHO, foi paga a quantia total de R\$ 7.154,84 (sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Durante o segundo período, durante a presidência de DICKSON NASSER, a saber, entre janeiro a julho de 2007, consta em seu nome o pagamento global de R\$ 10.380,02 (dez mil, trezentos e oitenta reais e dois centavos).

Por seu turno, num terceiro momento, entre novembro de 2007 a junho de 2008, na presidência de DICKSON NASSER, foi repassado o valor total de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Assevera o Parquet que chegou a ser pago, no intervalo anunciado, o total de R\$ R\$ 45.534,86 (quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Aduz que a servidora esteve lotada no gabinete do vereador SALATIEL DE SOUZA.

Aponta que a funcionária, conquanto constasse da folha de pagamento, negou seu vínculo com a Câmara Municipal de Natal, o que demonstraria que o nome de ELIZETE teria sido indevidamente utilizado e manejado pelo demandado para o locupletamento de recursos públicos.

Por último, o *Parquet* asseverou que os elementos de prova demonstram que os então vereadores SALATIEL DE SOUZA, ROGÉRIO MARINHO e DICKSON NASSER causaram prejuízo ao erário, em razão da suposta inserção de “servidores fantasmas” no quadro da Câmara Legislativa de Natal/RN, desviando, em proveito próprio ou de terceiros, os valores provenientes das remunerações pagas em nome da servidora em questão.

Em sede de alegações finais, o requerido **SALATIEL DE SOUZA** alegou, em síntese, que: a) a instrução processual demonstrou que efetivamente houve realização de atividade laboral, bem como a remuneração pela contraprestação; b) não haveria indicativo de que o demandado teria concorrido para alguma ação ilícita; c) que a pretensão do MP não foi confirmada pelas provas que foram produzidas sob crivo do contraditório. d) não há indicativo de dolo ou interesse de SALATIEL DE SOUZA em conspurcar os princípios da administração pública, tampouco intuito de obter para si ou terceiro vantagem indevida em detrimento do erário, sequer é possível afirmar que houve interesse em obter enriquecimento ilícito.

Eriçadas as devidas considerações, devo destacar que, em 04 de julho de 2018, foi publicada decisão tombada sob o Id 28521004, a qual reconheceu a prescrição da pretensão sancionatória por ato de improbidade administrativa desde 01 de janeiro de 2014 com relação ao demandado SALATIEL DE SOUZA, eis que este não fora reeleito no pleito eleitoral municipal de 2008, tendo sido excepcionado, portanto, apenas a questão inerente ao ressarcimento ao erário.

Nesse sentido, ressalto que a Supremo Tribunal Federal, conforme se verifica no Tema n. 897 (RE nº 852.475/SP), em decisão lavrada em sede de repercussão geral, assentou que as Ações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa são imprescritíveis se fundadas em prática de atos dolosos. Colaciono, por oportuno, o julgado respectivo, *in verbis*:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO.

1. A prescrição é instituto que milita em favor da estabilização das relações sociais.



2. Há, no entanto, uma série de exceções explícitas no texto constitucional, como a prática dos crimes de racismo (art. 5º, XLII, CRFB) e da ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV, CRFB).

3. O texto constitucional é expresso (art. 37, § 5º, CRFB) ao prever que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos na esfera cível ou penal, aqui entendidas em sentido amplo, que gerem prejuízo ao erário e sejam praticados por qualquer agente.

4. A Constituição, no mesmo dispositivo (art. 37, § 5º, CRFB) decota de tal comando para o Legislador as ações cíveis de ressarcimento ao erário, tornando-as, assim, imprescritíveis.

5. São, portanto, imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

6. Parcial provimento do recurso extraordinário para (i) afastar a prescrição da sanção de ressarcimento e (ii) determinar que o tribunal recorrido, superada a preliminar de mérito pela imprescritibilidade das ações de ressarcimento por improbidade administrativa, aprecie o mérito apenas quanto à pretensão de ressarcimento.

(RE 852475, Relator (a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Relator (a) p/ Acórdão: Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019)

Superada a discussão acerca da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, remanesce pendente de análise os elementos constantes nos autos, neste ponto.

Pois bem. A respeito dos fatos, a testemunha ELIZETE DUARTE negou ter trabalhado na Câmara Municipal de Natal. Afirmou que nunca prestou serviço àquela Casa Legislativa, alegando que trabalhou no Hiper Bompreço do ano de 2001 a 2007, no turno vespertino, das 13h às 22h.

A testemunha informou, ainda, que em julho de 2008 foi residir em Portugal. Expôs que conheceu o vereador SALATIEL por intermédio da irmã do parlamentar, Salizete Maciel de Souza. Esclareceu que trabalhou com Salizete em 2002, e que entregou documentos para a irmã do vereador para que esta pudesse receber um dinheiro. Salizete teria informado que, por motivos de empréstimo pessoal, não podia receber a quantia em conta própria. No mais, confirma que autorizou o recebimento do dinheiro por meio de sua conta bancária.

ELIZETE asseverou que retornou ao Brasil em 2008, provisoriamente, oportunidade na qual Salizete pediu que deixasse o cartão do banco, o que foi atendido pela depoente. Aduz que, ainda em 2008, em outra oportunidade na qual visitou o Brasil, percebeu as movimentações bancárias e a aquisição de um empréstimo em seu nome, sem o seu consentimento.

Destacou que em 2009 retornou ao Brasil e procurou Salizete para resolver as pendências financeiras, oportunidade na qual Salizete concordou em quitar os débitos e passou um período de um ou dois anos pagando a referida dívida.

Aduziu, no mais, que *deixou o cartão com a irmã do parlamentar em 2008, mas tinha emprestado o cartão antes desse ano, pois Salizete teria alguns “levantamentos” para fazer. Destacou que não usava essa conta e a única pessoa que a utilizava era Salizete, notadamente para retirar valores que eram depositadas nesta conta. Disse que acha que foi no ano de 2006 e 2007 que isso ocorreu.*

ELIZETE disse que esteve nas dependências da Câmara Municipal uma vez com a irmã de SALATIEL, mas negou ter assinado o Termo de Posse.



Por outro lado, o demandado SALATIEL DE SOUZA disse que ELIZETE DUARTE trabalhou em seu gabinete por um período e que fazia atividades parlamentares. Afirmou que determinavam as tarefas e ela cumpria as tarefas de acordo com os eventos. Na oportunidade, negou ter ficado com parte do vencimento da servidora.

O demandado constatou que ELIZETE trabalhou um período na Presidência e outro em seu próprio gabinete. Esclareceu que a servidora o procurou e apresentou o currículo. Constatou, por fim: “*não existe nenhuma transferência desta servidora pra minha conta, nem ela nunca me entregou dinheiro pessoalmente, nem nunca mandou nenhum terceiro me entregar. Agora, quanto ao dinheiro que entrava na conta dela como servidora, a conta que ela apresentou à câmara, o dia que ela recebia, quanto ela recebia, o que ela fazia com o dinheiro, só ela que pode dar essa explicação.*”

Realço, aqui, informações essenciais prestadas pelas testemunhas LEICE NUNES DE SANTANA MACHADO e HOSANA TELMA DE MEDEIROS, no âmbito da Ação Penal tombada sob nº 0113826-47.2015.8.20.0001, as quais chegaram ao conhecimento deste juízo por intermédio a título de prova emprestada:

Nesse passo, a testemunha LEICE NUNES DE SANTANA MACHADO, esclareceu, em juízo (Id 87009025/87009784), que trabalhou como secretária no gabinete do vereador Salatiel de Souza de 2005 a 2009. Afirmou que só laboravam dentro do gabinete quatro funcionários, enquanto os demais desempenhavam funções externas, trazendo denúncias e demandas da rua. Asseverou que eram diversas equipes que trabalhavam fora do gabinete.

Em depoimento, LEICE afirmou que ELIZETE *trabalhou no gabinete do vereador e exercia suas funções em regime de expediente externo. Assevera que ELIZETE se lembraria da depoente, eis que elas brincavam bastante. Informa que conheceu ELIZETE por intermédio da irmã do vereador SALATIEL. Destacou que passava a folha de ponto para ELIZETE assinar, todos os meses. Expõe que ELIZETE assinava a folha de ponto todo mês, e, para isso, precisava ir pessoalmente nas dependências da Câmara Legislativa. Informou que, além das idas para assinar o ponto, ELIZETE comparecia nas reuniões para que o vereador comandasse os grupos de trabalho.*

Em testemunho, HOSANA TELMA DE MEDEIROS (Id 87009017/87009020) relatou *que prestava serviço informal de digitadora no gabinete do vereador SALATIEL, durante todo o período de seu mandato. Acrescenta que tinha contato com Leice e Márcio Ataliba, que era chefe do gabinete. Sustentou que tinham algumas pessoas que estavam lotadas no gabinete, mas faziam serviços externos, aparecendo algumas vezes no gabinete. Afirmou que Elizete aparecia muito com a irmã de Salatiel.*

A testemunha destaca que “*ELIZETE assessorava o vereador, mas não tinha conhecimento do serviço específico prestado, pois quem tinha mais contato com Elizete era a pessoa de Leice.*”

Pois muito bem. A despeito dos referidos argumentos, me parece que a prática do referido ato ímprobo não ficou suficiente demonstrada nos autos, não tendo se desincumbido o Órgão Ministerial do ônus probatória que lhe competia. Depreende-se que o *parquet* intentou deduzir o dolo específico do demandado simplesmente pelas palavras da testemunha ELIZETE que negou o vínculo com a Casa Legislativa.

Pelo que se pode colher das provas existentes no processo, há evidências de que a servidora ELIZETE DUARTE NUNES foi investida no cargo de Assessora Legislativa – CC2 – pela Portaria nº 0059/2007- GP (Id 1262066) e aparentemente prestou serviços à Câmara Legislativa do Natal, não havendo que se falar, portanto, em pagamento indevido de remuneração em seu nome.



Com efeito, embora a servidora negue que tenha prestado serviços à Câmara Municipal de Natal, a prova testemunhal proveniente da Ação Penal nº 0113826-47.2015.8.20.0001 anuncia que a Sra. Elizete prestava serviços externos no gabinete do demandado SALATIEL DE SOUZA. É dizer: ela mantinha um vínculo manifesto com o órgão parlamentar, como ratificaram as testemunhas LEICE e HOSANA.

Além do mais, a alegação trazida pelo Ministério Público para sustentar a existência do ato ímprobo, por si só, não conduz à conclusão da má-fé ou do dolo na conduta do demandado em indicar a servidora para integrar o quadro de servidores comissionados da Câmara Municipal de Natal.

Desse modo, a despeito do cenário incomum que se descortina nesses autos, penso inexistir qualquer prova inequívoca acerca da atuação dolosa do demandado, com o fim de facilitar ou concorrer para a indevida incorporação ao patrimônio particular de pessoa física de valores integrantes do órgão parlamentar.

Neste sentido, não há que se falar em condenação do demandado ao ressarcimento aos cofres públicos, ante a inexistência de provas contundentes acerca da vontade livre e consciente, por parte do réu, em alcançar o resultado ilícito tipificado no art. 10, inciso I, da Lei 8.429/1992.

II. 7. EDSON SIQUEIRA DE LIMA (SARGENTO SIQUEIRA)

De acordo com o Ministério Público, consta da lista proveniente da Busca e Apreensão realizada na Câmara de Vereadores de Natal, o demandado SARGENTO SIQUEIRA como responsável pela indicação de FRANCISCO DAS CHAGAS ARAÚJO, PATRÍCIA MAYARA MACIEL FERREIRA TEIXEIRA e VANESSA ADILA DE ASSUNÇÃO PINTO para cargos comissionados naquela Casa Legislativa.

Aponta o órgão ministerial que PATRÍCIA MAYARA MACIEL foi nomeada, durante a presidência de DICKSON NASSER, para ocupar o cargo de Assistente Legislativo, lotada no gabinete do então vereador SARGENTO SIQUEIRA.

Aduz que foi pago, em nome da servidora, de janeiro a junho de 2007, o valor global de R\$ 3.733,33 (três mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Relata o *parquet* que VANESSA ADILA DE ASSUNÇÃO foi nomeada pelo Presidente da Câmara, DICKSON NASSER, para ocupar o cargo de Assistente Legislativo, sendo pago em seu nome, de janeiro a setembro de 2007, a quantia de R\$ 9.425,52 (nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Realça, ainda, que FRANCISCO DAS CHAGAS DE ARAÚJO foi nomeado por DICKSON NASSER para ocupar o cargo de Assistente Legislativo em 22 de fevereiro de 2007, sendo pago em seu nome, de fevereiro a outubro de 2007, o valor total de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Sustenta que, em sede de inquérito civil, todas as pessoas referenciadas negaram ter exercido qualquer atividade laborativa na Câmara Municipal de Natal.

Por fim, asseverou que as provas demonstram que os requeridos SARGENTO SIQUEIRA e DICKSON NASSER causaram prejuízo ao erário, em razão da suposta inserção de “servidores fantasmas” na folha de pagamento da Câmara de Vereadores, desviando, em proveito próprio ou de terceiros, recursos provenientes das remunerações pagas em nome dos servidores.



Em sede de alegações finais, o requerido **SARGENTO SIQUEIRA** alegou que: a) houve a inépcia da inicial, ante a impossibilidade jurídica do pedido; b) a servidora Vanessa Ádila de Assunção se encontrava lotada na Secretaria Geral da CMN, órgão que não possui nenhum vínculo administrativo com os gabinetes dos Vereadores, ou seja, não pode haver responsabilização do demandado pelo fato de não haver nenhuma ingerência no trabalho desenvolvido em outros órgãos do Legislativo; c) não houve prova de que demandado tivesse indicado os três servidores acima mencionados; d) os valores recebidos pelos servidores ingressaram em suas próprias contas, não havendo nenhuma prova de retenção que quantia pelo demandado ou por terceiro; e) não restou comprovada a parte relativa ao inciso I do art. 10, pois inexistente prova que o demandado tenha nomeado ou indicado os servidores ao seu gabinete.

Com efeito, a respeito dos fatos, **PATRÍCIA MAYARA MACIEL**, em sede de inquérito civil, disse que nunca foi servidora da Câmara dos Vereadores, mas que no fim de 2006 foi convidada pelo então vereador **SARGENTO SIQUEIRA** para participar da sua equipe de assessores, tendo negado a proposta por estar de mudança para a cidade do Rio de Janeiro. Aduziu, ainda, que forneceu o endereço e os dados bancários para uma espécie de cadastro de reserva.

Em sede de inquérito civil, afirmou (Id 1262408- pág. 5):

“Ele então de forma insistente falou que faria uma ficha de cadastro, e que caso eu resolvesse voltar poderia trabalhar com ele. Que segundo ele seria bom, pois ficar desempregada é sempre uma situação complicada. Eu então forneci meus endereço e dados pessoais e bancário para um cadastro reserva. No final de fevereiro para minha surpresa, percebi que estava recebendo em minha conta corrente a quantia equivalente de R\$ 554,10 que entrava como recebimento de proventos, mas não dizia da onde vinha. Fiquei muito confusa, pois na época estava desempregada e não tinha como receber salário. Então não sabia direito o que fazer. O primeiro depósito entrou em janeiro de 2007, mas só prestei atenção em fevereiro.

*Depois de alguns dias encontrei com o vereador Edson Siqueira em um evento que comentou que meu cadastro estava feito que eu poderia começar a trabalhar, foi aí que me veio a cabeça a questão dos depósitos. **Perguntei então se tinha autorizado algum pagamento para mim, ele falou que sim que ele estava contando comigo na equipe dele. Mas eu disse novamente que não podia, pois como já havia dito, estava de viagem marcada para o Rio e não ficaria em Natal pelos próximos meses, pelo menos, durante o tempo do curso.** Pedi que suspendesse a contratação e os pagamentos. Até mesmo porque nunca assinei nada. Nunca bati ponto, nem mesmo fechei nenhum trabalho para ele, seja particular ou para alguma instituição que fizesse parte. A promessa era apenas ele ter meu currículo e dados para o caso de não dar nada certo no Rio de Janeiro, eu ter um contato em Natal que pudesse abrir uma porta profissional. Só isso!”*

Em depoimento em juízo, PATRÍCIA MAYARA MACIEL ratificou que nunca trabalhou na Casa Legislativa de Natal. Disse que não estava morando em Natal. Afirmou que conheceu o vereador SIQUEIRA porque ele foi paraninfo da sua turma. Constatou que o vereador lhe ofereceu um trabalho, mas que negou em razão de mudança para o Rio de Janeiro.

Reiterou que “o vereador pediu que a depoente entregasse o currículo e preenchesse uma ficha, pois estava formando outra equipe. Disse que começou a perceber os depósitos em sua conta bancária no final de fevereiro. Afirmou que encontrou o vereador em um evento e este afirmou que estava contando com a depoente para participar de sua equipe, mas ela disse que não poderia prestar serviço e pediu que cancelassem os depósitos. Disse que, na oportunidade, SARGENTO SIQUEIRA ficou de suspender os pagamentos.”

Por sua vez, **VANESSA ÁDILA DE ASSUNÇÃO PINTO, em inquérito civil, afirmou que nunca prestou serviços a Câmara Municipal de Natal e nunca recebeu qualquer remuneração do órgão legislativo (Id 1262408- pág. 27).**



A servidora confirmou, em depoimento em juízo, "que não trabalhou na Câmara Municipal de Natal entre janeiro e setembro de 2007. Disse que não trabalhou na Federação das Câmaras Municipais. Asseverou que soube que constava na folha de pagamento da CMN no momento da notificação do Ministério Público para prestar esclarecimentos."

FRANCISCO DAS CHAGAS DE ARAÚJO, em resposta à notificação ministerial (Id 1262404), afirmou que estava passando por um período desempregado quando foi convidado pelo assessor do SARGENTO SIQUEIRA, Sr. José Belizário Bezerra, funcionário aposentado da Prefeitura de Natal, para ajudar na campanha do SARGENTO SIQUEIRA para a Câmara Legislativa.

Registrou, em sede de inquérito civil, que, após a eleição do vereador, aceitou a proposta do assessor do parlamentar para continuar prestando alguns serviços. **Afirmou que o assessor pediu o nome, CPF, RG e número da conta bancária. Sustentou que pensava que era o vereador que pagava pelo serviço prestado e que o valor era depositado em sua conta corrente.**

Relatou que no dia que era creditado na conta do depoente, se deslocava ao Banco com o assessor do vereador, oportunidade na qual repassava 50% (cinquenta por cento) do valor percebido para o Sr. José Belizário.

Em depoimento prestado em juízo, FRANCISCO DAS CHAGAS DE ARAÚJO disse que "foi convidado pelo assessor do SARGENTO SIQUEIRA para prestar serviços para ele através do parlamentar. Disse que prestava qualquer serviço que o assessor precisasse. Confirmou o recebimento do valor de R\$ 7.414,30 (sete mil quatrocentos e quatorze reais e trinta centavos), mas nunca prestou serviços a Câmara de Vereadores de Natal."

Ainda em audiência, a testemunha afirmou que recebia o dinheiro em conta. Constatou que não assinou nenhum documento, tendo apenas realizado a entrega de cópias dos documentos pessoais e do número da conta bancária para o amigo JOSÉ BELIZÁRIO BEZERRA.

Na oportunidade, ao ser questionado se ficava com parcela do valor e entregava o restante para JOSÉ BELIZÁRIO, afirma que interpretou mal o questionário do Ministério Público ao sugerir que entregava parte do valor ao Sr. BELIZÁRIO. Sustentou que o valor repassado ao assessor do demandado seria relativo a uma dívida referente à compra de um veículo à pessoa de BELIZÁRIO.

Nesse sentido, destaco trecho do depoimento da testemunha em destaque:

Pergunta: O senhor teve alguma atuação no ano de dois mil e sete ou prestou algum serviço a algum vereador do Natal ou a Câmara de Vereadores do Natal?

Francisco das Chagas: Não, na verdade eu trabalhei dez anos na empresa, aí depois fiquei desempregado, aí um amigo meu que depois foi ser assessor de sargento Siqueira me chamou para prestar serviço pra ele através do sargento Siqueira entendeu? Na prefeitura.

Pergunta: o senhor trabalhou foi entre fevereiro e julho de dois mil e sete, ou seja, fevereiro e julho de dois mil e sete?

Francisco das Chagas: É, foi mais ou menos uns cinco a seis meses. Eu não recordo bem

Pergunta: o senhor trabalhava como? Era presencial? Era nas comunidades? Qual era o trabalho que o senhor fazia?



Francisco das Chagas: Eu ficava a serviço dele, né? A serviço do assessor.

Pergunta: Qual era a sua atividade nesta época?

Francisco das Chagas: Era favores, sei lá, assim prestar qualquer serviço que ele precisasse na época.

Pergunta: O senhor confirma que recebeu a importância de sete mil quatrocentos e quatorze e trinta e n t a v o s ?

Francisco das Chagas: Confirmo. Confirmo receber esse valor da prefeitura.

Pergunta: o senhor confirmou que prestou serviço né? Através do assessor do vereador, a grande questão é, o senhor ocupou cargo comissionado na Câmara de Vereadores de Natal?

Francisco das Chagas: Não, nunca nem fui na Câmara de Natal.

Pergunta: Certo. esse serviço que o senhor disse que prestava, ele correspondia a que exatamente? era um acordo verbal? um contrato? esse pagamento era prometido em virtude de quê?

Francisco das Chagas: Na verdade, eu recebi o dinheiro na conta, né? Eu acho dela, da prefeitura, né? Mas o serviço era aleatoriamente. O que ele necessitava eu fazia.

Pergunta: Entendi. E pra que o senhor recebesse esses valores o senhor assinou algum documento? entregou cópia dos seus documentos pessoais ao seu amigo? no caso do seu amigo que o senhor fala é José Belizário Bezerra?

Francisco das Chagas: Exatamente, eu não assinei nada, eu entreguei só meu documento e o número da c o n t a

Pergunta: O senhor entregou cópia dos seus documentos pessoais a eles?

Francisco das Chagas: Exatamente, exatamente.

Pergunta: Certo. E pra receber esses pagamentos senhor Francisco, o senhor o fazia diretamente? o senhor ia até o caixa fazer o saque ou ia acompanhado do senhor José Belizário pra fazer isso?

Francisco das Chagas: Não, eu ia só, eu ia sozinho receber na minha conta, era creditado na minha conta d o _____ B a n c o d o B r a s i l .

Pergunta: Certo. E o senhor quando recebia esses pagamentos, o senhor ficava com uma parte e a outra entregava ao senhor Belizário?

Francisco das Chagas: Não, na verdade eu interpretei mal. Eu fiz um questionário, eu afirmei que entregava parte ao senhor Belizário Bezerra, que na verdade como ele comercializava com carro eu comprei um carro pra ele e fiquei devendo, certo? Aí eu fui amortizando do que eu ia recebendo, eu fui amortizando, repassando pra ele relativo ao débito que eu tinha com ele.

Pergunta: certo e quanto é que o senhor repassava para ele?

Francisco das Chagas: eu repassava se não me engano era quatrocentos reais, trezentos e cinquenta reais por mês pra amortizar a dívida que eu tinha com ele.



Pergunta: Então do valor que o senhor recebia o senhor repassava a ele. E esse repasse o senhor fazia como? Entregava em dinheiro?

Francisco das Chagas: Era em dinheiro, mas esse era um débito que eu tinha com ele pessoalmente, sabe?

Pergunta: Entendi. Por qual motivo quando o senhor foi prestar informações ao Ministério Público o senhor informou então que repassava cinquenta por cento do valor ao senhor José Belizário?

Francisco das Chagas: Foi, mas sinceramente eu assumo que foi um equívoco da minha parte, eu estou afirmando exatamente a real situação que aconteceu na época.

Pergunta: Certo. Você disse que estava ciente de que esses valores que o senhor recebia na sua conta corrente eles eram decorrentes de um cargo comissionado junto à Câmara de Vereadores de Natal?

Francisco das Chagas: Eu sabia que era da câmara, entendeu? Mas assim como a gente estava desempregado na época você sabe que a situação era complicada, então a gente desde que não fosse nenhuma falcatrua, né? Eu me arrisquei a entrar nessa situação.

Por derradeiro, o demandado EDSON SIQUEIRA revelou que “não conhece e nunca fez a indicação de VANESSA ÁDILA e que esta nunca prestou serviços em seu gabinete. Afirmou que não conhece PATRÍCIA MAYARA, mas que uma vez recebeu em seu gabinete uma comissão de concluintes do curso de jornalismo da UNP, solicitando apoio para a conclusão do curso. Disse que foi chamado para ser paraninfo da turma, e que essa foi o único contato que manteve. Negou que PATRÍCIA MAYARA tenha lhe entregue qualquer tipo de documento ou dados pessoais”.

O réu ratificou ainda que conhecia e mantinha uma relação de amizade com JOSÉ BELIZÁRIO BEZERRA, o qual teria integrado o gabinete do depoente durante todo o seu mandato. Porém, não soube dizer se JOSÉ BELIZÁRIO tinha alguma relação com FRANCISCO DAS CHAGAS, PATRÍCIA MAYARA ou VANESSA ÁDILA.

Ao final, nega ter indicado os referidos servidores para compor o quadro da Câmara Municipal de Natal.

Colaciono trecho do depoimento do demandado:

“Pergunta: O senhor sabe se ele tem alguma relação com Francisco das Chagas de Araújo?

Sargento Siqueira: Não.

Pergunta: Com Patrícia ou com Vanessa?

Sargento Siqueira: Não.

Pergunta: Não sabe ou ele não tem?

Sargento Siqueira: Não tenho conhecimento. Porque certamente se ele tivesse alguma relação com Patrícia Maiara ou com Vanessa Ádila eu teria pelo menos conhecimento, porque ele era uma pessoa de extinta confiança do nosso gabinete, um cidadão, um senhor idoso, um cidadão de bem e de uma vida extremamente ... que me ajudou muito durante o meu mandato.

Pergunta: E com Francisco?



Sargento Siqueira: não tive nenhuma relação com o seu Francisco.”

Muito bem. O cerne da questão gravita, senão, em torno da verificação da existência do dolo específico –do especial fim de agir- na conduta do demandado SARGENTO SIQUEIRA ao inserir, mediante indicação, as pessoas de FRANCISCO DAS CHAGAS, PATRÍCIA MAYARA e VANESSA ÁDILA para integrarem o quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN, com a conseqüente lesão ao erário.

No tocante à servidora VANESSA ÁDILA DE ASSUNÇÃO PINTO, entendo que o Ministério Público não logrou êxito em demonstrar o nexa causal ou qualquer elo entre a indicação da referida servidora e a conduta do vereador SARGENTO SIQUEIRA.

Em contrapartida, me parece constituir fato incontroverso que os servidores FRANCISCO DAS CHAGAS e PATRÍCIA MAYARA foram nomeados, sem ciência, para exercerem cargo em comissão de Assessor Legislativo – CC2 e Assistente de Gabinete III, respectivamente (Id 1262246- pág. 10 e Id 1262249- pág.40), lotados no gabinete do vereador SARGENTO SIQUEIRA.

Ademais, em que pese a notória contradição da testemunha, na evidente tentativa de isentar o demandado, a meu sentir encontra-se demonstrado que a remuneração do “servidor fantasma” FRANCISCO DAS CHAGAS era objeto de repasse e/ou divisão destinada a pessoas intimamente vinculadas ao então vereador EDSON SIQUEIRA, notadamente ao Sr. BELIZÁRIO.

Assim, embora a defesa, em sede de alegações finais, procure apontar que a nomeação do Sr. BELIZÁRIO se deu em 2008, o próprio demandado, em seu depoimento, confirma que o vínculo mantido entre eles ocorreu durante todo o seu mandato como vereador. E digo mais: o demandado registrou a confiança que depositava em seu assessor.

Para mais, o dolo específico me parece encontrar-se comprovado pelos depoimentos dos próprios “servidores fantasmas”, os quais foram adensados, explicitamente, pela ausência da ciência acerca do vínculo firmado com a Câmara Municipal de Natal.

Em que pese o réu negue conhecer PATRÍCIA MAYARA, esta foi congruente e segura, ao afirmar de maneira minudenciada que conheceu o vereador e que este a convidou para participar da sua equipe, tendo sido a proposta recusada em razão de sua mudança para o Rio de Janeiro. Ficou inconteste, ainda, que esta solicitou ao vereador o cancelamento dos depósitos realizados em sua conta.

Dessa forma, concluo que houve a inserção da servidora PATRÍCIA MAYARA -mesmo diante de sua negativa deliberadamente expressada- para fazer parte da estrutura do gabinete do então vereador EDSON SIQUEIRA, o que evidencia a irregularidade acoplada à má-fé na conduta perpetrada pelo réu.

Nesse sentido, entendo que a prática de ato de improbidade se anuncia, na espécie, seja pelo fato de que os referidos servidores não tinham ciência de que constavam no quadro de servidores comissionados da Câmara Municipal de Natal, ou porque o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS percebia a contraprestação do seu trabalho informal em conta corrente, mas repassava parte para o assessor do vereador EDSON SIQUEIRA.

Nesta perspectiva, as irregularidades na prestação do serviço, no repasse do pagamento e a completa desinformação de FRANCISCO DAS CHAGAS acerca de seu vínculo com a Câmara Legislativa desvelam e escancaram a má-fé na indicação levada a efeito pelo parlamentar SARGENTO SIQUEIRA.

In casu, verifico que as provas carreadas aos autos demonstram, a toda evidência, a prática do ato de improbidade que findou causando dano ao erário municipal, por parte do demandado EDSON SIQUEIRA,



ante a **má-fé e a desonestidade que pautaram esse cenário sombrio de modelo remuneratório e de inserção funcional das pessoas de FRANCISCO DAS CHAGAS E PATRÍCIA MAYARA nos quadros de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN**, mais especificadamente na estrutura do seu próprio gabinete parlamentar.

De mais a mais, reitero: **a conduta do demandado gerou danos ao erário municipal, uma vez que viabilizou o ingresso de servidores que sequer tinham ciência do vínculo de trabalho e que não prestavam o efetivo labor respectivo, a despeito de figurarem na folha de pagamento da Casa Legislativa, facilitando a indevida incorporação ao patrimônio particular de verbas municipais.**

A necessidade da imposição da obrigação de ressarcir é sempre devida nos casos em que se reconhece o desfalque de valores pertencentes ao erário como forma de providenciar o retorno *ao status quo ante*.

II. 8. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Consta da exordial veiculada pelo Ministério Público que na lista apreendida na deflagração da “Operação Impacto”, o demandado ROGÉRIO MARINHO foi responsável pela indicação dos servidores ANGÉLICA GOMES MAIA DE BARROS, CLÁUDIA CARNEIRO SILVEIRA DA SILVA, CÉLIA MARIA PEIXOTO SERAFIM, DANIEL SENRA FERREIRA DA SILVA e RICARDO LINHARES REBOUÇAS, para exercerem o cargo de Assessor Legislativo.

Sustenta o órgão ministerial que os servidores mencionados foram nomeados em duas oportunidades distintas. A primeira delas, durante a Presidência do demandado e a segunda no decorrer da presidência de DICKSON NASSER. Assevera que foi pago, em nome, dos servidores, no intervalo dos dois vínculos, a remuneração mensal de R\$ 1.047,28 (um mil e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos).

Relata, ainda, o *Parquet*, que LENILSON DA COSTA LIMA tem registrado, em sua ficha funcional, dois vínculos distintos com a Câmara de Vereadores.

No primeiro, durante a presidência do demandado ROGÉRIO MARINHO, não consta ato de nomeação, embora tenha sido pago, seu nome, de março a novembro de 2006, a quantia de R\$4.049, 82 (quatro mil e quarenta e nove reais e oitenta e dois reais).

Quanto ao segundo vínculo, teria se verificado o ato de nomeação, assinado pelo vereador DICKSON NASSER, em 01 de fevereiro de 2007, para ocupar o cargo descrito no código FGC-1. Neste particular, fora pago, em seu nome, de janeiro a setembro de 2007, o montante de R\$ 4.049,82 (quatro mil e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos).

Com relação à ANGÉLICA GOMES MAIA DE BARROS, a parte autora afirma que restou paga, em nome da respetiva “servidora fantasma”, durante a vigência da nomeação levada a efeito por ROGÉRIO MARINHO, importância de R\$ 13.614,64 (treze mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos), concernente ao período de outubro de 2005 a novembro de 2006. No que tange à nomeação realizada por DICKSON NASSER, foi pago, em nome da dita servidora, o montante de R\$ 7.330,96 (sete mil, trezentos e trinta reais e noventa e seis centavos), referente à remuneração dos meses de janeiro a julho de 2007.

Aduz que chegou a ser pago em nome da servidora, no intervalo anunciado, o total de R\$ 20.945,60 (vinte mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).

Realça ainda que durante a vigência da nomeação realizada por ROGÉRIO MARINHO, fora pago, em nome da servidora CLÁUDIA CARNEIRO SILVEIRA DA SILVA, o valor de R\$ 8.378,24 (oito mil, trezentos e



setenta e oito reais e vinte e quatro centavos), alusivo ao período de abril a novembro de 2006. Quanto ao segundo vínculo, teria sido pago, em nome da dita servidora, o valor de R\$ 10.472,80 (dez mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos). Dessa forma, sustenta que foi realizado, em nome da “servidora fantasma”, o pagamento total de R\$ 18.851,04 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quatro centavos).

Destaca também que entre setembro e novembro de 2006, fora pago em nome de DANIEL SENRA FERREIRA DA SILVA, a quantia de R\$ 3.141,84 (três mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Alega, na mesma toada, que fora pago, em nome do anunciado servidor, o valor de R\$ 7.330,96 (sete mil, trezentos e trinta reais e noventa e seis centavos), alusivo à remuneração dos meses de janeiro a julho de 2007. Sustenta, portanto, que a quantia total paga teria sido de R\$ 10.472,80 (dez mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).

No mais, suscita que em nome de RICARDO LINHARES REBOUÇAS, durante a vigência da nomeação realizada por ROGÉRIO MARINHO, foi paga a quantia de R\$ 17.803,76 (dezesete mil, oitocentos e três reais e setenta e seis centavos), concernente ao período de junho de 2005 a novembro de 2006. Relata também que durante o vínculo da nomeação realizada por DICKSON NASSER, foi pago o valor de R\$ 9.425,52 (nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Destaca que CÉLIA PEIXOTO SERAFIM foi nomeada para o cargo comissionado de Assessor Legislativo, por intermédio da Portaria nº 0028/2007 – CC/MD, subscrita pelo vereador DICKSON NASSER. Aduz, porém, que não foi possível constatar o valor pago em nome da referida servidora, tendo em vista a ausência do envio da documentação respectiva por parte da Câmara Municipal.

Aponta ainda que KATIA REJANE DANTAS BEZERRA foi nomeada em 01 de fevereiro de 2007 pelo então Presidente da Câmara, DICKSON NASSER, para exercer o cargo de Assessor Legislativo, por intermédio da Portaria de nº 0028/2007- CC/MD, tendo sido pago, em nome da servidora, o valor total de R\$ 8.378,24 (oito mil, trezentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Expõe, em última análise, que os servidores, conquanto constassem da folha de pagamento, negaram possuir ou manter vínculo com a Câmara Municipal de Natal.

Por derradeiro, o *Parquet* asseverou que após as respostas às notificações ministeriais, foi possível coletar informações sugestivas de que o demandado ROGÉRIO MARINHO foi beneficiário da fraude envolvendo seu nome, seja enquanto Presidente da Câmara, seja após a renúncia ao mandato de vereador em janeiro de 2007.

O Ministério Público aduziu, ainda, que pelos esclarecimentos prestados pela servidora ANGÉLICA GOMES MAIA, restou evidenciado que o demandado ROGÉRIO MARINHO utilizou verbas da Casa Legislativa para custear o funcionamento da clínica particular na qual prestava atendimento médico gratuito aos seus eleitores.

Em sede de alegações finais, o requerido **ROGÉRIO MARINHO** alegou, em síntese, que: a) houve a prescrição intercorrente da pretensão sancionatória estatal em favor do demandado; b) não há o que se falar em sujeição às sanções previstas na nova lei de regência na medida em que a conduta do demandado não apresenta dolo específico.

Com efeito, a respeito dos fatos, a testemunha ANGÉLICA GOMES MAIA DE BARROS, em resposta à notificação ministerial (Id 1262403 – pág.10), informou:

Que a declarante nunca trabalhou na Câmara de Vereadores de Natal; Que o declarante prestou serviços numa clínica pertencente ao então vereador Rogério Marinho no período de 2004 a fevereiro de 2007; Que esta clínica funcionava na Cidade da Esperança; Que certo dia, em meados de 2007, quando já morava



em Porto Alegre, a declarante recebeu ligação de um jornalista perguntando se a declarante trabalhava na câmara de vereadores e dizendo que ela era funcionária fantasma; Que na mesma época a declarante descobriu que era paga uma remuneração em seu nome pela Câmara de Vereadores porque houve uma pendência na Receita Federal, quando então a declarante foi informada na Receita Federal que tinha a referida remuneração paga pela Câmara em seu nome e não estava declarada no imposto de renda;

(...)

Que a declarante chegou a receber a ligação de um advogado, cujo nome não recorda, dizendo-se que estava a serviço de Rogério Marinho, tendo o advogado pedido para a declarante confirmar que era funcionária da Câmara, sendo que a declarante disse que não diria isso porque não iria inventar nada e iria falar a verdade; Que a declarante nunca teve contato com Rogério Marinho; **Que o primeiro contato foi com a pessoa de Valéria que é irmã de Rogério Marinho, sendo que depois o contato sempre foi com a pessoa de Luzeilde, que era uma espécie de administradora da clínica;** Que inicialmente a declarante recebia o salário da clínica em espécie e depois foi através de crédito em conta; Que no extrato não tinha a informação de que o crédito era feito pela Câmara de Vereadores, por este motivo a declarante não tinha como saber que o pagamento vinha da Câmara de Vereadores.

Em depoimento prestado em juízo, ANGÉLICA esclareceu “que não trabalhou para a Câmara Municipal de Natal entre 2005 e 2007. Relatou que trabalhava em uma clínica, prestando atendimento ginecológico em clínica do vereador ROGÉRIO MARINHO. Constatou que recebia mensalmente um valor pelos atendimentos prestados”.

A testemunha afirmou que “não existia contrato de trabalho, mas um acordo com a irmã do demandado, VALÉRIA. Atesta que nunca teve contato com ROGÉRIO MARINHO e disse que nunca assinou nenhum documento. Disse que acreditava que os depósitos feitos em sua conta seriam provenientes dos serviços prestados na clínica de ROGÉRIO MARINHO. Confirmou que se tratava da Clínica Mais, localizada no bairro Cidade da Esperança”.

Por outro lado, CLÁUDIA CARNEIRO SILVEIRA DA SILVA, em depoimento judicial, “negou ter trabalhado no período de abril de 2006 a outubro de 2007. Negou ter trabalhado para a Federação das Câmaras dos Vereadores dos Municípios do Rio Grande do Norte. Aduziu que não prestou serviços para a Clínica Mais. Disse, por fim, que não era a titular da conta bancária anunciada em audiência.”

CÉLIA PEIXOTO SERAFIM, em sede de inquérito civil (Id 12622403 – pág. 22), afirmou que “trabalhou na Câmara de Vereadores de Natal em 2007, por cerca de cinco meses. Afirmou que o marido era político e conseguiu o trabalho da depoente. Relatou que laborou na recepção da Federação das Câmaras Municipais (FECAM), em um anexo construído atrás da Câmara Legislativa.”

Em sede judicial, alegou que “trabalhou na Câmara de Vereadores de Natal por um período que conseguiu um contrato. Afirmou que ajudava na recepção e que prestou serviço por cinco ou seis meses. Relatou que acha que foi nomeada por ROGÉRIO MARINHO e que pediu o trabalho ao presidente da época”.

A testemunha afirmou, ainda, que prestou serviços à Federação das Câmaras Municipais, mas que trabalhava nas dependências da Câmara Municipal de Natal. Disse, também, que entregou cópia dos documentos pessoais, como identidade, CPF e comprovante de residência.

DANIEL SENRA, em oitava ministerial (Id 1262403- pág.28) consingou o seguinte:

“que trabalhou na Federação das Câmaras Municipais - FECAM entre os anos de 2006 e 2007; Que o vínculo do declarante sempre foi com a FECAM, não tendo nenhum vínculo com a Câmara de Vereadores de Natal; Que o presidente da FECAM e da Câmara de Vereadores de Natal era o vereador Rogério Marinho; Que o declarante não tinha conhecimento de que sua remuneração era paga pela Câmara de Vereadores de



Natal; *Que o declarante descobriu que sua remuneração era paga pela Câmara de Vereadores quando precisou de uma certidão de tempo de contribuição previdenciária no INSS, quando então foi informado ao declarante que suas contribuições tinham sido recolhidas pela Câmara de Vereadores de Natal; Que seu salário na FECAM era pago mediante crédito em conta bancária, no Banco do Brasil.*”

Durante a instrução processual, acentuou, em juízo, “*que trabalhou para a Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte e que recebeu, durante o período de setembro de 2006 a julho de 2007, a quantia de R\$ 10.472,80. Informou que foi nomeado por intermédio de ROGÉRIO MARINHO.*”

Relatou “*que ROGÉRIO MARINHO e o pai do depoente eram conhecidos e conseguiram esse trabalho de assessor. Disse que assessorava, prestava atendimento via internet e via telefone. Negou ter atuado na Câmara de Natal. Informou que recebia o dinheiro em conta bancária. Disse que não sabia que o pagamento era proveniente da Câmara Municipal, pois pensava que era oriundo da FECAM*”.

RICARDO LINHARES REBOUÇAS, em juízo, relatou *que devido a problemas de saúde, não se recorda absolutamente de nada a respeito desse processo. Disse que não se recorda se trabalhou da Câmara de Vereadores do Natal de junho 2005 a setembro de 2007, tampouco se conheceu ROGÉRIO MARINHO.*

LENILSON DA COSTA, por sua vez, em Termo de Declaração (Id 1262408- pág.1), afirma que:

“ (...) no período compreendido entre o início do ano de 2006 até julho ou setembro, aproximadamente,, do ano de 2007, recebeu uma bolsa de estudos ou ajuda de custo da Câmara de Vereadores de Natal/RN, a qual lhe foi concedida pela Presidência daquele Órgão; o Vereador Rogério Marinho; a pedido do depoente; que, nesse período, recebeu da câmara de Vereadores de Natal quantia de R\$ 420,00 (quatrocentos vinte reais), por mês, para pagar parte da mensalidade do curso de Publicidade da UNP - Universidade Potiguar, unidade da Nascimento de Castro à noite; afirma o depoente não haver exercido nenhuma atividade laboral na câmara de Vereadores de Natal e, às vezes comparecia àquele Órgão para marcar presença, mas nunca assinou ponto; que, também, nunca assinou contrato algum com a Câmara de Vereadores de Natal para receber referida ajuda de custo ou bolsa de estudo; que quem lhe concedeu esse benefício foi o Presidente da Casa, o Vereador Rogério Marinho, havendo sendo encaminhado por ele para o então Secretário, Dr. Clécio Santos, passando a recebê-la depois de falar com o Secretário; que recebeu mensalmente a bolsa de estudo por meio de crédito feito diretamente pela Câmara de Vereadores em sua conta corrente no Banco do Brasil (...).”

Em juízo, LENILSON DA COSTA LIMA informou que “*trabalhou no anexo da Câmara Municipal de Natal. Afirmou que manteve um contato inicial com Rogério Marinho e esse repassou para o coordenador. Disse que recebia, em média, R\$400,00 a R\$480,00 e que esse dinheiro não dava nem para pagar as passagens para se deslocar para Natal. Relatou que se deslocava algumas vezes até o anexo da Câmara, não assinava ponto e não desenvolvia nenhuma atividade.*”

Registra que “*só teve a oportunidade de falar com ROGÉRIO MARINHO uma vez e, depois, não teve mais contato. Afirmou que, após essa conversa, foi encaminhado ao coordenador.*”

Muito bem. O cerne da questão gravita, ao que me parece, em torno da verificação da existência do dolo específico –do especial fim de agir- na conduta imputada ao demandado ROGÉRIO MARINHO, o qual, segundo sustenta o demandante, inseriu, mediante indicação, as pessoas de ANGÉLICA GOMES MAIA DE BARROS, CLÁUDIA CARNEIRO SILVEIRA DA SILVA, CÉLIA MARIA PEIXOTO SERAFIM, DANIEL SENRA FERREIRA DA SILVA e RICARDO LINHARES REBOUÇAS para integrarem o quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN, com a consequente lesão ao erário.



No que se refere aos servidores CLÁUDIA CARNEIRO, CÉLIA MARIA PEIXOTO, DANIEL SENRA, LENILSON DA COSTA e RICARDO LINHARES, denoto que a instrução processual não desvelou o dolo específico necessário para a condenação por ato de improbidade administrativa na conduta do demandado ROGÉRIO MARINHO, quando da indicação dos referidos servidores.

Nesse sentido, para a caracterização do ato de improbidade é imperiosa a comprovação do dolo do agente, assim entendido como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado no art. 10, inciso I, da Lei de Improbidade, não bastando a voluntariedade do agente ou o mero exercício da função.

Assim, o cenário que se descortina neste particular, a saber, as indicações dos servidores CLÁUDIA CARNEIRO, CÉLIA MARIA PEIXOTO, DANIEL SENRA, LENILSON DA COSTA e RICARDO LINHARES, somente desnuda ato de improbidade administrativa se restasse comprovada, inequivocamente, a má-fé, a ser atribuída ao comportamento do demandado. É dizer: nem toda lesão ao erário traduz, invariavelmente, um ato de improbidade administrativa.

Adiante, no que se refere à indicação da servidora ANGÉLICA GOMES MAIA DE BARROS, o cenário parece ser completamente diverso.

Aqui, a servidora ANGÉLICA sequer tinha ciência do seu vínculo com a Casa Legislativa e presumia que o valor depositado em sua conta se daria em decorrência da contraprestação pelo exercício da função de médica, prestada na sede da *Clínica Mais*, a qual acreditava ser do vereador ROGÉRIO MARINHO. Ademais, ANGÉLICA asseverou que não houve contrato para a prestação de serviço, senão um ajuste **com a irmã do vereador ROGÉRIO MARINHO.**

Sem delongas, denoto que a instrução processual trouxe à luz do dia o fato de que o demandado incluiu, “de fachada”, a servidora ANGÉLICA, a qual não tinha ciência do vínculo mantido com a Casa Legislativa e jamais chegou a exercer, regularmente, as atribuições dos cargos para os quais foi nomeada, o que evidencia a má-fé e o dolo que revestem a conduta do réu.

In casu, verifico que as provas carreadas aos autos demonstram a prática do ato de improbidade que findou causando dano ao erário municipal, por parte do demandado **ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**, ante a **evidente má-fé e a desonestidade que pautaram esse cenário sombrio de modelo remuneratório e de inserção funcional da pessoa ANGÉLICA GOMES MAIA DE BARROS, nos quadros de servidores da Câmara Municipal de Natal/RN.**

De mais a mais, reitero: **a conduta do demandado gerou danos ao erário municipal, uma vez que viabilizou o ingresso de servidora que sequer tinham ciência do vínculo de trabalho e que não prestavam o efetivo labor respectivo, a despeito de figurar na folha de pagamento da Casa Legislativa, facilitando a indevida incorporação ao patrimônio particular de verbas municipais.**

Neste passo, vejo que **a pretensão ministerial merece prosperar, de sorte que a condenação de ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO, neste ponto, é medida que se impõe.**

II. 9. DOS SERVIDORES DE SETORES ADMINISTRATIVOS E DA RESPONSABILIDADE DE ROGÉRIO MARINHO E DICKSON NASSER



Na exordial, o Ministério Público aduz que na lista constavam alguns nomes sem os respectivos responsáveis pelas indicações, identificados como ocupantes dos cargos comissionados formalmente lotados em setores administrativos da Câmara de Vereadores, vinculados à Presidência, no período de gestão de ROGÉRIO MARINHO (biênio 2005/2006) e DICKSON NASSER (biênio 2007/2008).

Segundo aponta a parte autora, seria o caso das pessoas de DANIELE SUYANE OLIVEIRA, EDISON ROCHA MAGALHÃES, FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, FRANCISCA FRANCINETE ARAÚJO SOUZA, JÉSSICA LOUISE BEZERRA VARELA, JUDI BATISTA TIBIANO, MARIA ZELINDA FERNANDES PONTES, NAIARA COSTA DE AZEVEDO, PEDRO JORGE DE TORRES, SIMONI CRISTINI DE ARRUDA DA SILVA E TEREZINHA MARIA DE JESUS.

Destaca o *Parquet* que todas essas pessoas, em que pese tenham sido nomeadas pelos então Presidentes ROGÉRIO MARINHO ou DICKSON NASSER, respectivamente, e constarem na folha de pagamento da Câmara de Vereadores, negaram o vínculo e a prestação de serviço ao órgão parlamentar.

Por derradeiro, asseverou que as provas demonstram que os requeridos ROGÉRIO MARINHO e DICKSON NASSER causaram prejuízo ao erário, em razão da suposta inserção de “servidores fantasmas” na folha de pagamento da Câmara de Vereadores, desviando, em proveito próprio ou de terceiros, recursos provenientes das remunerações pagas em nome dos servidores.

Muito bem.

O cerne da questão gravita, ao que me parece, em torno da verificação da existência do dolo específico –do especial fim de agir– nas condutas imputadas aos demandados DICKSON NASSER e ROGÉRIO MARINHO, os quais, segundo sustenta o órgão ministerial, inseriram, mediante nomeação, as pessoas de DANIELE SUYANE OLIVEIRA, EDISON ROCHA MAGALHÃES, FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, FRANCISCA FRANCINETE ARAÚJO SOUZA, JÉSSICA LOUISE BEZERRA VARELA, JUDI BATISTA TIBIANO, MARIA ZELINDA FERNANDES PONTES, NAIARA COSTA DE AZEVEDO, PEDRO JORGE DE TORRES, SIMONI CRISTINI DE ARRUDA DA SILVA e TEREZINHA MARIA DE JESUS.

Com relação aos servidores DANIELE SUYANE OLIVEIRA, EDISON ROCHA MAGALHÃES, FRANCISCA FRANCINETE ARAÚJO SOUZA, JÉSSICA LOUISE BEZERRA VARELA, JUDI BATISTA TIBIANO, MARIA ZELINDA FERNANDES PONTES, NAIARA COSTA DE AZEVEDO, PEDRO JORGE DE TORRES, SIMONI CRISTINI DE ARRUDA DA SILVA e TEREZINHA MARIA DE JESUS, vislumbro que a instrução processual não desvelou o dolo específico necessário para a condenação por ato de improbidade administrativa nas condutas dos demandados ROGÉRIO MARINHO e DICKSON NASSER, quando da nomeação dos referidos servidores.

Destaco que para a caracterização do ato de improbidade, é imperiosa a comprovação do dolo do agente, assim entendido como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado no art. 10, inciso I, da Lei de Improbidade, não bastando a voluntariedade do agente ou o mero exercício da função.

Assim, o cenário que se descortina neste particular, a saber, as nomeações dos servidores acima mencionados, somente desnudaria um ato de improbidade administrativa se restasse comprovada, inequivocamente, a má-fé, a ser atribuída ao comportamento dos demandados. É dizer: nem toda lesão ao erário traduz, invariavelmente, um ato de improbidade administrativa.

Por outro lado, após detida análise do aparato probante, principalmente no que concerne ao servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, vislumbro um cenário completamente antagônico.



FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, em sede de audiência de instrução e julgamento, ao ser questionado se trabalhou na Câmara Municipal de Natal, relatou que prestou serviços para JEOVÁ, cunhado do vereador DICKSON NASSER.

Afirmou que efetuava serviços de eletrônica e que já tinha feito conserto de som e de micro-ondas para JEOVÁ. **Constatou que recebia um valor pela conta bancária e dividia com JEOVÁ, cuja entrega era realizada em dinheiro – ou seja, em espécie.**

Disse, na oportunidade, que nunca se deslocou à Câmara Municipal de Natal para exercer os serviços e que trabalhava em Parnamirim. Asseverou ainda que nunca prestou serviços para o vereador DICKSON NASSER, mas apenas para o cunhado dele, JEOVÁ. Registrou, ainda, ao ser questionado se teria assinado algum documento na Casa Legislativa, que JEOVÁ levou alguns documentos para que ele assinasse.

Por isso, denoto que a instrução processual trouxe à luz do dia o fato de que o demandado nomeou, na qualidade de Presidente da CMN, “de fachada” e artificialmente, pessoa da qual tinha ciência que não exerceria, regularmente, as atribuições dos cargos para a qual foi nomeada, para beneficiar pessoas do seu ciclo familiar, o que recrudescer as evidências quanto à má-fé que revolveu a conduta do réu.

Nesta perspectiva, entendo que as irregularidades na prestação do serviço, no repasse do pagamento e a completa desinformação de FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA acerca de seu vínculo com a Câmara Legislativa desvelam e escancaram a má-fé na nomeação levada a efeito pelo parlamentar DICKSON NASSER, durante sua gestão na Presidência da Câmara.

Nesse sentido, me pareceu demonstrado que a assinatura do termo de posse fora atribuída à pessoa intimamente vinculada a DICKSON NASSER, qual seja, seu cunhado. Além disso, esse próprio familiar exigia do “servidor fantasma” parcela da remuneração, em troca de serviços particulares de consertos de equipamentos eletrônicos.

Em suma, reitero: a conduta do demandado gerou danos ao erário municipal, uma vez que viabilizou o ingresso do servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, o qual sequer tinha ciência do vínculo de trabalho e não prestava o efetivo labor respectivo, a despeito de figurar na folha de pagamento da Casa Legislativa, facilitando a indevida incorporação ao patrimônio particular de verbas municipais.

Destaco que, delimitados aos contornos deste quadrante específico, os indícios ventilados pelo Ministério Público, fundamentados unicamente na lotação dos servidores retromencionados, não se revelaram suficientes para responsabilizar o demandado ROGÉRIO MARINHO pelas nomeações levadas a efeito durante a sua gestão como Presidente da Câmara do Natal. Explico.

Entendo que a lotação dos “servidores fantasmas” em setores administrativos subordinados e vinculados à Presidência, em contexto divorciado de qualquer articulação duvidosa, não tem o condão, por si só, de apoiar um édito condenatório. O mesmo se diga quanto ao fato de o demandado figurar, à época, como Presidente da Casa Legislativa. Quero dizer: a ausência de qualquer outro elemento que possa corroborar as alegações do *Parquet* a esse respeito rechaça a possibilidade de condenação, não se podendo tolerar que o mero exercício da função inerente à Presidência da Câmara Municipal enseje, objetivamente, responsabilização em qualquer esfera de controle.

E mais: devo evidenciar que a ausência de prova à qual me refiro aqui, restringe-se apenas às nomeações dos servidores lotados nos setores administrativos, sem os chamados “*padrinhos políticos*”. Os demais



servidores, os quais figuravam na lista e possuíam indicações políticas expressadas na citada listagem, já foram alvos de debate em linhas pretéritas, tendo sido materializada a responsabilização do demandado ROGÉRIO MARINHO com relação à nomeação inapropriada da servidora ANGÉLICA.

Desse modo, denoto que para a configuração da improbidade administrativa, nesse caso, teria que ser demonstrado algum elemento que escancarasse o dolo específico, a exemplo do que se verificou na nomeação do servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, implementada pelo outro demandado, o sr. DICKSON NASSER. Não me pareceu evidenciada essa comprovação quanto ao réu ROGÉRIO MARINHO.

Assim, a despeito do cenário incomum que se descortina nesses autos, penso inexistir qualquer prova inequívoca acerca da atuação dolosa do demandado ROGÉRIO MARINHO, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com relação a esses servidores, com o fim de facilitar ou concorrer para a indevida incorporação ao patrimônio particular de pessoa física de valores integrantes do órgão parlamentar, devendo a condenação, neste particular, alcançar apenas o sr. DICKSON NASSER, em face da situação, já narrada, envolvendo o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA.

II. 10. DA RESPONSABILIDADE DE ROGÉRIO MARINHO E DICKSON NASSER PELAS NOMEAÇÕES MATERIALIZADAS NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL.

Além do mais, em outra vertente da peça ministerial, o *Parquet* sustenta que remanesce a responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, à época de cada nomeação, pelo provimento dos cargos. Alega que as irregularidades eram provenientes de ajuste entre os presidentes e os demais parlamentares, cada um com sua cota de cargos para as práticas ilícitas.

Sustentou que os ex-Presidentes da Câmara Municipal de Natal, responsáveis pelas nomeações irregulares, viabilizaram, a outros vereadores, que incluíssem na folha de pagamento da casa legislativa pessoas que não exerceram efetivamente atividade pública, concorrendo para que terceiros enriquecessem ilicitamente.

Compulsando os autos, observo que os pedidos formulados não merecem acolhimento, neste ponto.

De fato, é incontroverso que as pessoas mencionadas foram nomeadas para a ocupação de cargos comissionados na Câmara Municipal de Natal, sem, porém, exercerem a contrapartida laboral na Casa Legislativa.

No entanto, ressalto que os elementos colacionados aos autos não me parecem aptos à comprovação do dolo específico, o qual figura como elemento fundamental para caracterização do ato ímprobo descrito na Lei de Improbidade.

Realço, por oportuno, a inviabilidade de se presumir o dolo, devendo este ser cabalmente demonstrado a partir do conjunto probatório. Nesse diapasão, ao longo da instrução processual, nenhuma das testemunhas inquiridas convolveram para a comprovação do *animus* dos demandados na prática de atos ímprobos, na condição de Presidentes da Câmara Municipal.

Ao meu sentir, no caso em questão, o acolhimento da pretensão da parte autora findaria chancelando uma famigerada responsabilização objetiva dos réus, pelo simples fato de terem nomeado, na qualidade de Presidentes da Câmara Municipal e exercendo atribuições inerentes ao cargo, os servidores comissionados para atuarem no órgão parlamentar.

Devo repetir o que assinalei alhures: a ausência de qualquer outro elemento que possa corroborar as alegações do *Parquet* a esse respeito rechaça a possibilidade de condenação dos réus neste ponto, não se



podendo tolerar que o mero exercício da função inerente à Presidência da Câmara Municipal enseje, objetivamente, a responsabilização em qualquer esfera de controle.

Oportuno asseverar que a Lei de Improbidade Administrativa não busca a responsabilidade objetiva pela inabilidade do agente público, mas pela conduta eivada de má-fé, desonestidade, e dolo específico de lesar o erário, o que, penso eu, não restou demonstrado em relação às nomeações dos servidores lotados nos setores administrativos. Nesse sentido, destaco:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OFENSA AO ART. 11 DA LEI 8.429/1992. PRESENÇA DE DOLO. REVISÃO DAS CONCLUSÕES DO TRIBUNAL DE ORIGEM. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pelo recorrente. 2. O fato de o Tribunal a quo haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração. **3. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei n. 8.429/1992 exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não precisa ser específico, sendo suficiente o dolo genérico. 4. Na compreensão de dolo genérico - vontade livre e consciente de praticar o ato - há de se ressaltar que a Lei de Improbidade Administrativa - LIA - não visa punir meras irregularidades ou o inábil, mas sim o desonesto, o corrupto, aquele desprovido de lealdade e boa-fé.** 5. Note-se que o entendimento adotado pelo Tribunal a quo não destoaria da jurisprudência do STJ, pois, apesar de constatar a contratação de assessores jurídicos sem a realização de concurso público, foi categórico ao afirmar a ausência de dolo na conduta dos agentes, o que desconfigura o ato de improbidade a eles imputado. 6. Nesse contexto, a revisão de tal conclusão implicaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é defeso na via eleita devido ao enunciado da Súmula 7 do STJ. 7. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ - AgInt no REsp: 1761378 PR 2018/0141562-2, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 09/03/2021, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/08/2021)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NOMEAÇÃO INDEVIDA DE SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE REPRESENTANTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO NO MUNICÍPIO DE LAGES POR ESTAR COM DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS DEVIDO A CONDENAÇÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 11, "CAPUT" DA LEI FEDERAL N. 8.429/92). **NECESSIDADE DA PRESENÇA DE DOLO. AUSÊNCIA DE PROVA DESSE ELEMENTO SUBJETIVO E DE CONDUTA ILÍCITA DOS DEMANDADOS NA EFETIVAÇÃO DA NOMEAÇÃO. ATO ÍMPROBO NÃO DEMONSTRADO. RECURSO DESPROVIDO. Ato ímprobo só pode ser aquele que contém improbidade. E improbidade, já pela sua etimologia, corresponde a desonestidade, má-fé, imoralidade, antiética, ilicitude, dolo, culpa. Isso não quer dizer que todo e qualquer agente público será desonerado de sanção pela prática de atos administrativos violadores do princípio da legalidade. Os que tenham agido com desonestidade, ainda que não tenha havido enriquecimento ilícito próprio ou de terceiro, ou prejuízo aos cofres públicos, haverão de suportar as sanções civis, políticas e criminais previstas na lei. A mera alegação, destituída de provas robustas, acerca do cometimento de atos de improbidade administrativa, não pode servir de fundamento para condenação nas sanções previstas no art. 12, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n. 8.429/92), porque se exige a prova de atos concretos que demonstrem a existência de improbidade na**



prática dos referidos atos. (TJ-SC - APL: 00482787120108240023 Tribunal de Justiça de Santa Catarina 0048278-71.2010.8.24.0023, Relator: Jaime Ramos, Data de Julgamento: 14/12/2021, Terceira Câmara de Direito Público).

In casu, não há qualquer indício de má-fé suficiente por parte dos demandados nas nomeações dos “servidores fantasmas” DANIELE SUYANE OLIVEIRA, EDISON ROCHA MAGALHÃES, FRANCISCA FRANCINETE ARAÚJO SOUZA, JÉSSICA LOUISE BEZERRA VARELA, JUDI BATISTA TIBIANO, MARIA ZELINDA FERNANDES PONTES, NAIARA COSTA DE AZEVEDO, PEDRO JORGE DE TORRES, SIMONI CRISTINI DE ARRUDA DA SILVA E TEREZINHA MARIA DE JESUS.

Nesse sentido também, entendo não haver comprovação do dolo específico dos ex-Presidentes da Câmara Municipal pelas nomeações irregulares que possibilitaram que outros vereadores fizessem a inclusão na folha de pagamento da CMN de pessoas que não exerceram efetivo labor no órgão parlamentar.

Logo, é irrealizável chegar a conclusões peremptórias acerca da presença de indícios da prática de atos de improbidade administrativa, eis que o *Parquet* não logrou êxito em comprovar o dolo específico dos demandados em promover dano ao erário com as nomeações dos servidores mencionados.

Desse modo, invariavelmente, sem a figura do dolo, é irrealizável proceder com a caracterização de improbidade em ato algum de autoridade. Quando muito, as condutas poderiam ser enquadradas em sua modalidade culposa, a qual, reitero, fora rechaçada pelas mudanças legislativas promovidas através da Lei nº 14.230/2021.

Alfim e ao cabo, não comprovado o dolo, tampouco a má-fé dos demandados consistentes em promover dano ao erário (art. 10) ou violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da LIA), a improcedência dos pedidos lavrados pelo Órgão Ministerial é medida que se impõe, neste ponto.

III) Das penalidades a serem aplicadas:

Após constatada a existência de atos de improbidade administrativa, cumpre ao magistrado fazer incidir as sanções veiculadas no art. 12, de forma isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato e a reprovação da conduta, segundo critérios racionais. Trata-se aqui, de emprestar efetividade ao direito administrativo sancionador, concretizando o *jus puniendi* do Estado.

A propósito, quanto à possibilidade de o juiz aplicar as cominações previstas na lei de maneira isolada ou cumulativamente, devo realçar, além da previsão estampada pelo legislador no *caput* do art. 12 da Lei de Improbidade administrativa, os seguintes precedentes do STJ: AgRg no AREsp 538656/SE; AgRg no AREsp 239300/BA; REsp. 1091420/SP; REsp. 1416406/CE, ; REsp. 1324418/SP; REsp. 1280973/SP; AgRg no REsp. 1305243/RS; e AgRg nos EDcl no AREsp 33898/RS..

Bem. Para aferir a gravidade do caso e a reprovabilidade da conduta respectiva, procedendo-se com o que seria o equivalente à dosimetria da penalidade, no âmbito criminal, o legislador, na novel lei, atribuiu uma nova roupagem ao tema, trazendo novidades ao estabelecer, no inciso IV do art. 17-C, um autêntico roteiro a ser seguido pelo julgador, como se pretendesse inaugurar um protocolo que sirva como bússola, capaz de orientar a atividade de ponderação a ser desempenhada pelo julgador.



E este dispositivo densifica os princípios constitucionais da pessoalidade e da individualização da pena, conforme passo a explicitar.

Devem ser sopesadas, portanto, as seguintes diretrizes: a) os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; b) a natureza, a gravidade e o impacto da infração cometida; c) a extensão do dano causado; d) o proveito patrimonial obtido pelo agente; e) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; f) a atuação do agente em minorar os prejuízos e as consequências advindas de sua conduta omissiva ou comissiva; g) os antecedentes do agente;

Ainda no plano da dosimetria, o inciso V do art. 17-C impõe ao juiz considerar, na aplicação das sanções, àquelas reprimendas já aplicadas aos agentes, pelos mesmos fatos, em outras instâncias de responsabilização. Esse dispositivo veicula o denominado postulado da proporcionalidade sistêmica.

Devo lembrar que quando o magistrado passar a aplicar as sanções de perda da função pública, multa civil e proibição de contratar e receber benefícios do Poder Público, deverá, antes de mais nada, fixar a sanção dentro dos parâmetros e limites estreitos de seu alcance, podendo excepcionalmente aumentar o seu raio de cobertura em situações concretas, de modo fundamentado.

Nesta urdidura, o art. 12 da LIA estabelece o rol das sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa, de acordo com as condutas tipificadas nos artigos 9º, 10 e 11 da mesma lei. Vejamos:

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

I – na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos;

II – na hipótese do art. 10, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos;

III – na hipótese do art. 11, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) na hipótese do art. 11 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;

Reitero, por oportuno, que o ato de improbidade administrativa a ensejar a aplicação das sanções previstas na L. Sob essa perspectiva, deve ser considerado o grau de consciência do ilícito por parte dos agentes.

Sucedem as alegações e provas produzidas pelo Ministério Público, quanto às condutas dos requeridos, foram

Com precisão pontuou José dos Santos Carvalho Filho. Senão vejamos:



A pretensão do autor é a de que o juiz, julgando procedente o pedido, reconheça a prática do ato de improbidade e a consequente submissão à Lei nº 8.429/92. As sanções são mero corolário da procedência do pedido e, por esse motivo, sua dosimetria compete ao julgador, considerando os elementos que cercam cada caso (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24ª ed. São Paulo: Lumen Juris, 2011, p. 998). Grifou-se.

Feita essa ponderação, é preciso enfrentar um tema ainda pouco festejado na doutrina e que ainda não recebeu a devida análise científica por parte da jurisprudência.

Nesta senda, é preciso definir os critérios de aplicação das reprimendas das penas de suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios nas hipóteses em que o agente incorre em mais de um ato de improbidade administrativa, seja no mesmo processo, seja em processos distintos.

Passo a fazer uma análise minuciosa a respeito do tema debatido pelos especialistas na matéria e já aplicado, em algumas oportunidades, pela jurisprudência do STJ.

A esse respeito, segundo a melhor doutrina, encampada também pela jurisprudência, a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e o ressarcimento integral do dano não têm natureza jurídica de pena, senão de medida reparatória/indenizatória.

Visam evitar, a bem da verdade, o enriquecimento ilícito do agente ou recompor o patrimônio público.

Considerando que o valor a ser restituído ao ente público lesado tem como parâmetro o valor do proveito ilícito auferido ou do prejuízo causado, na hipótese de vários atos de improbidade, para recompor o patrimônio público basta que se faça a soma dos valores dos prejuízos causados e dos proveitos ilícitos obtidos.

Sob este aspecto, a natureza punitiva do ato de improbidade administrativa fica reservada às penalidades de perda da função pública, multa civil, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público e dele receber incentivos e benefícios fiscais e creditícios, prevista nos três incisos e graduada, paulatinamente, de acordo com a gravidade do ato ímprobo praticado.

A perda da função pública não demanda maiores indagações, se afigurando desnecessária a sua múltipla aplicação, de sorte que uma única incidência é suficiente para cessar o vínculo do agente com o poder público.

Anoto, apenas, o entendimento deste magistrado no sentido de que a perda da função pública se estende a todos os cargos que o condenado ocupa na administração, e não somente àquele em que se deram os atos de improbidade. O STJ, inclusive, chegou a firmar posicionamento no sentido de que a expressão função pública prevista nos incisos do art. 12 da LIA abrange todo e qualquer vínculo funcional do agente com a administração, na extensão conceitual do art. 2º da Lei n. 8.429/92. Em outras palavras: a penalidade de perda da função pública imposta em ação de improbidade administrativa, pode atingir tanto o cargo que o infrator ocupava quando praticou a conduta ímproba quanto qualquer outro que esteja ocupando ao tempo do trânsito em julgado da sentença condenatória (dentre outros, REsp. n. 1.069.603/RO, Rel. Min. Humberto Martins).

Ademais, o STJ já assentou categoricamente que a *“sanção de perda da função pública visa a extirpar da Administração Pública aquele que exibiu inidoneidade (ou inabilitação) moral e desvio ético para o exercício da função pública, abrangendo qualquer atividade que o agente esteja exercendo ao tempo da condenação irreversível”*. (REsp. n. 924.439 – RJ).



Sob esse viés, é evidente que o novel §1º do art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa não encerra um juízo de proibição quanto a este proceder, notadamente nas hipóteses nas quais o caso submetido a julgamento é revolido de gravidade que reclame um maior rigor punitivo. A propósito, o ministro Alexandre de Moraes, do STF concedeu medida liminar para suspender a aplicação do art. 12, parágrafo 1º, da lei de improbidade, que prevê que a perda da função pública atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza do agente com o poder público no momento da prática do ato. No entendimento do relator, a defesa da probidade administrativa impõe a perda da função pública independentemente do cargo ocupado no momento da condenação.

É que essa sanção – prevista no [artigo 12](#) da Lei 8.429/1992 – visa afetar o vínculo jurídico que o agente mantém com a administração pública, seja qual for sua natureza, uma vez que a improbidade não está ligada ao cargo, mas à atuação na administração pública.

Recentemente, quanto à extensão da sanção de perda da função pública, O STJ tratou da matéria no âmbito dos Embargos de Divergência no REsp nº 1.701.967. Naquela oportunidade, a Corte decidiu que o agente público condenado à sanção de perda da função pública deveria deixar todos os vínculos que tivesse com o serviço público ao tempo do trânsito em julgado, ainda que parte desses vínculos (ou todos) não tivesse relação com o ato de improbidade administrativa.

Deveras, a perda de função pública traduz sanção por demais acentuada, reservada a casos graves, como o que se descortina nesta ocasião, na qual ficou demonstrada o desvalor da conduta, revestida de má-fé e direcionada ao locupletamento ilícito ou malbaratamento da coisa pública.

Por sua vez, a pena de multa civil tem como base de cálculo, respectivamente, o valor do acréscimo patrimonial, o valor do dano e o valor da remuneração. Assim, é dever do magistrado aplicar a penalidade respeitando o limite estipulado pelo legislador. Sendo a multa uma fração incidente sobre a base de cálculo relativa ao acréscimo patrimonial ou ao valor do dano, para definir a quantia basta a mera soma aritmética desses valores e, de acordo com critérios de proporcionalidade, aplicar a fração que se entender adequada.

Noutro vértice, maiores entraves se desnudam com relação às penalidades de suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público e dele receber incentivos e benefícios fiscais e creditícios.

Em verdade, a pena de proibição de contratar com o Poder Público e dele receber incentivos e benefícios fiscais e creditícios tem, fixado na lei, para cada tipo de ato de improbidade administrativa, o patamar máximo.

Por seu turno, a reprimenda de suspensão dos direitos políticos por ato de improbidade também varia de acordo com o tipo de ato de improbidade administrativa praticado pelo agente e para cada ato existe um limite máximo, o qual o juiz deve observar, sendo de até 14 (quatorze) para os atos previstos no art. 9º, e até 12 (doze) anos para os atos previstos no art. 10 da lei de improbidade administrativa.

O grande entrave, ao que parece, consiste em saber se na hipótese de vários atos de improbidade o juiz deve aplicar apenas uma penalidade de suspensão dos direitos políticos para todos os atos ou se a penalidade deve incidir para cada ato isoladamente. Outrossim, a mesma questão se anuncia em relação à pena de proibição de contratar com o Poder Público e dele receber incentivos e benefícios fiscais e creditícios.

Ressalto, desde já, que o deslinde da questão ainda apresenta vazios e pontos cegos.

A propósito, este magistrado consultou mais de uma dúzia de manuais de direito administrativo e nenhum deles abordou com clareza os critérios de aplicação da penalidade de suspensão dos direitos políticos quando do julgamento de vários atos de improbidade administrativa.



Direcionei-me, então, à análise da doutrina especializada no assunto, o que desaguou na apreciação de mais de seis obras, sendo que poucas trataram especificamente a respeito do concurso de atos de improbidade administrativa.

Todavia, a partir do que foi examinado no âmbito doutrinário, na interpretação da legislação à luz da Constituição Federal e em alguns julgados dos tribunais superiores, foi possível edificar que com a alteração levada a cabo pelo legislador por intermédio da lei 14.230/21, o número e a reiteração contextualizada de atos de improbidade administrativa deverá servir para orientar o juiz na fixação do prazo estipulado em lei, nos limites impostos pelo legislador.

Preambularmente, não custa acentuar que a pena de suspensão dos direitos políticos tem previsão expressa na redação do art. 37, §4º da Constituição Federal. Eis o teor:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da...

§ 4º - **Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos**, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, **na forma e gradação previstas em lei**, sem prejuízo da ação penal cabível.

No meu entender, o constituinte originário transferiu para o legislador ordinário a tarefa de definir a forma e a gradação da penalidade relativa à suspensão dos direitos políticos.

Realço, aqui, o princípio básico de hermenêutica jurídica, de origem Romana, segundo o qual "a lei não contém palavras inúteis" ("*verba cum effectu, sunt accipienda*"). Na mesma linha, segundo a lição de Carlos Maximiliano contida na sua obra "Hermenêutica e Aplicação do Direito", "as palavras devem ser compreendidas como tendo alguma eficácia" (obra citada, 15.ª ed., Ed. Forense, 1995, p. 250).

Ora: não é viável juridicamente a tese que sugere a aplicação da mesma penalidade para aquele pratica 01 (um) ato de improbidade administrativa e para àqueloutro que pratica um sem-número de atos dessa natureza. A prevalecer essa orientação, estar-se-ia consagrando a violação ao princípio da isonomia (art. 5º, CF) bem como aos postulados da legalidade e da moralidade, estampados no art. 37 da Constituição.

Mais que isso. Tal posição estimularia os agentes que administram a coisa pública a reiterarem na prática de condutas ímprobos, sob a ciência de que não haveria diferenças em praticar um ato ou uma centena de atos ímprobos. É preciso levar o direito a sério!

Todavia, a meu sentir, a soma pura e simples de penalidades aplicadas em separado poderia ensejar uma reprimenda de caráter perpétuo.

Da mesma forma, violaria o art. 15, V, da CF, transfigurando a pena de suspensão dos direitos políticos em autêntica e indesejável cassação de direitos políticos.

Neste aspecto, diante da limitada regulamentação da matéria na Lei de Improbidade administrativa, é necessário abrir os horizontes. Para tanto, é imperioso avocar as dogmáticas do código penal e da lei de execução penal. Nesse passo, penso ser irrealizável a fixação de penalidade de suspensão de direitos políticos por tempo superior ao previsto na legislação, relativos aos mesmos fatos, ainda que a conduta ímproba se desdobre e se fracione em diversos atos de improbidade.

Em uma linha: as penalidades respectivas estarão estritamente sujeitas ao lindes estipulados pelo legislador, não podendo ultrapassar, sob hipótese alguma, os padrões decisórios consignados na redação do art. 12, e em seus incisos, da lei de improbidade administrativa.



Pois muito bem.

Em linhas gerais, restaram amplamente demonstradas a atuação fraudulenta, dolosa e deliberada, na forma de dizer: ficou patente que parlamentares indicaram "servidores fantasmas" para cargos comissionados, O quadro fático demonstra a ousadia dos condenados na execução dos atos ilícitos, desvendando o modus operandi. Ante todas as diretrizes estabelecidas da extrema gravidade que revolve o comportamento dos réus condenados.

Com relação ao demandado **ADENÚBIO DE MELO GONZAGA** e sopesando as condutas apuradas e a exordial

- a) **perda da função pública:** a incidência dessa reprimenda carece de um *plus*, o qual se identifica, na espécie, eis que o esquema arditoso fora conduzido por um evidente propósito de auferir vantagem e de vilipendiar o erário mediante a prática de atos desonestos, naturalmente dissociados da moralidade e dos deveres de boa administração, da lealdade e da boa-fé. Penso que a gravidade dos fatos apurados justificam a reprovabilidade mais acentuada. A esse respeito, é sabido que o gestor público tem o dever de atuar forma proba, devendo tutelar o interesse público, como representante eleito pelos cidadãos. Assim, o desvirtuamento intencional de sua missão, constada nesta ocasião, merece ser dotada de maior reprovabilidade, justificando, pois, a sanção inerente à perda da função pública;
- b) **suspensão dos direitos políticos por 08 (oito) anos**, eis que a conduta realizada pelo demandado anuncia a incompatibilidade de sua postura com o exercício de seus direitos políticos, sendo de rigor suspendê-los, a fim de providenciar o impedimento temporário do condenado de votar, de filiar-se a partido e de candidatar-se a cargo eletivo, ou de ocupar qualquer outra posição nos quadros inerentes ao serviço público;
- c) **pagamento de multa civil** equivalente ao valor do dano ao erário. É dizer: correspondendo ao valor pago pela Câmara Municipal em nome dos servidores WILTON DA SILVA GOMES e JOÃO BATISTA VARELA DE ARAÚJO, no período descrito na exordial, acrescido de atualização monetária e de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, a ser apurado em sede de liquidação de sentença, ocasião na qual será definido o destino da quantia;
- d) **proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios**, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de **08 (oito) anos**.

No que tange ao demandado **FRANCISCO SALES AQUINO NETO**, atento às premissas acima delineadas, e considerando a gravidade exorbitante da conduta, que se provou nos autos, eis que àquele, na condição de vereador, sob a confiança da sociedade que o elegeu, inseriu, de forma desleal, **quatro pessoas** no quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal, em evidente afronta à legalidade. Assim, considerando a gravidade da conduta, a ocorrência do dano ao erário em **quantia elevada**, entendo suficiente e adequada, razoável e proporcional a aplicação das sanções consistentes em:

- a) **perda da função pública**, a incidência dessa reprimenda carece de um *plus*, o qual se identifica, na espécie, eis que o esquema arditoso fora conduzido por um evidente propósito de auferir vantagem e de vilipendiar o erário mediante a prática de atos desonestos, naturalmente dissociados da moralidade e dos deveres de boa administração, da lealdade e da boa-fé. Penso que a gravidade dos fatos apurados justificam a reprovabilidade mais acentuada. A esse respeito, é sabido que o gestor público tem o dever de atuar forma



proba, devendo tutelar o interesse público, como representante eleito pelos cidadãos. Assim, o desvirtuamento intencional de sua missão, constada nesta ocasião, merece ser dotada de maior reprovabilidade, justificando, pois, a sanção inerente à perda da função pública;

b) suspensão dos direitos políticos por 12 (doze) anos, eis que a conduta realizada pelo demandado anuncia a incompatibilidade de sua postura com o exercício de seus direitos políticos, sendo de rigor suspendê-los, a fim de providenciar o impedimento temporário do condenado de votar, de filiar-se a partido e de candidatar-se a cargo eletivo, ou de ocupar qualquer outra posição nos quadros inerentes ao serviço público;

c) pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano ao erário. É dizer: corresponde ao valor pago pela Câmara Municipal em nome dos servidores ALDA CRISTINA DE SANTANA BRANDÃO, JEFF RICK DA SILVA TEOTÔNIO, JOSÉ JAIRTON DE ALMEIDA e JOSÉ ISRAEL DE ALMEIDA SOBRINHO, no período descrito na exordial, acrescido de atualização monetária e de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, a ser apurado em sede de liquidação de sentença, ocasião na qual será definido o destino da quantia;

d) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de **12 (doze) anos**.

Quanto ao demandado **FRANCISCO DE ASSIS VALETIM DA COSTA (BISPO ASSIS)**, seguindo as balizas acima mencionadas, e considerando a gravidade exorbitante da conduta, que se provou nos autos, eis que àquele, na condição de gestor público, sob a confiança da sociedade que o elegeu, inseriu, de forma desleal, **três pessoas** no quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal, em evidente afronta à legalidade. Assim, considerando a gravidade da conduta, a ocorrência do dano ao erário **em quantia relativamente elevada**, entendo suficiente e adequada, razoável e proporcional a aplicação das sanções consistentes em:

a) perda da função pública, a incidência dessa reprimenda carece de um *plus*, o qual se identifica, na espécie, eis que o esquema ardiloso fora conduzido por um evidente propósito de auferir vantagem e de vilipendiar o erário mediante a prática de atos desonestos, naturalmente dissociados da moralidade e dos deveres de boa administração, da lealdade e da boa-fé. Penso que a gravidade dos fatos apurados justificam a reprovabilidade mais acentuada. A esse respeito, é sabido que o gestor público tem o dever de atuar forma proba, devendo tutelar o interesse público, como representante eleito pelos cidadãos. Assim, o desvirtuamento intencional de sua missão, constada nesta ocasião, merece ser dotada de maior reprovabilidade, justificando, pois, a sanção inerente à perda da função pública;

b) suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos, eis que a conduta realizada pelo demandado anuncia a incompatibilidade de sua postura com o exercício de seus direitos políticos, sendo de rigor suspendê-los, a fim de providenciar o impedimento temporário do condenado de votar, de filiar-se a partido e de candidatar-se a cargo eletivo, ou de ocupar qualquer outra posição nos quadros inerentes ao serviço público;

c) pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano ao erário. É dizer: corresponde ao valor pago pela Câmara Municipal em nome dos servidores ANDREIA DOS SANTOS SIMÕES e PEDRO LUÍS ROSSI CERQUEIRA, no período descrito na exordial, acrescido de atualização monetária e de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, a ser apurado em sede de liquidação de sentença, ocasião na qual será definido o destino da quantia;



d) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de **10 (dez) anos**.

No tocante ao demandado **ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**, **devo** sopesar as condutas apuradas e a exorbitante gravidade que remarca o cenário que se revela nos autos, eis que àquele, na condição de gestor público, sob a confiança da sociedade que o elegeu, inseriu, de forma desleal, **uma pessoa** no quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal, em evidente afronta à legalidade. Assim, considerando a gravidade da conduta, a ocorrência do dano ao erário em **quantia relativamente elevada**, entendo suficiente e adequada, razoável e proporcional a aplicação das sanções consistentes em:

a) perda da função pública, a incidência dessa reprimenda carece de um *plus*, o qual se identifica, na espécie, eis que o esquema ardiloso fora conduzido por um evidente propósito de auferir vantagem e de vilipendiar o erário mediante a prática de atos desonestos, naturalmente dissociados da moralidade e dos deveres de boa administração, da lealdade e da boa-fé. Penso que a gravidade dos fatos apurados justificam a reprovabilidade mais acentuada. A esse respeito, é sabido que o gestor público tem o dever de atuar forma proba, devendo tutelar o interesse público, como representante eleito pelos cidadãos. Assim, o desvirtuamento intencional de sua missão, constada nesta ocasião, merece ser dotada de maior reprovabilidade, justificando, pois, a sanção inerente à perda da função pública;

e) suspensão dos direitos políticos por 08 (oito) anos, eis que a conduta realizada pelo demandado anuncia a incompatibilidade de sua postura com o exercício de seus direitos políticos, sendo de rigor suspendê-los, a fim de providenciar o impedimento temporário do condenado de votar, de filiar-se a partido e de candidatar-se a cargo eletivo, ou de ocupar qualquer outra posição nos quadros inerentes ao serviço público;

f) pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano ao erário. É dizer: corresponde ao valor pago pela Câmara Municipal em nome da servidora ANGÉLICA GOMES MAIA DE BARROS, no período descrito na exordial, acrescido de atualização monetária e de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, a ser apurado em sede de liquidação de sentença, ocasião na qual será definido o destino da quantia;

g) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de **08 (oito) anos**.

Por fim, em detrimento de **DICKSON NASSER**, **devo** sopesar as condutas apuradas e a exorbitante gravidade que remarca o cenário que se revela nos autos, eis que àquele, na condição de gestor público, sob a confiança da sociedade que o elegeu, nomeou, de forma espúria, **uma pessoa** no quadro de servidores da Câmara Municipal de Natal, em evidente afronta à legalidade. Assim, considerando a gravidade da conduta, a ocorrência do dano ao erário em **quantia relativamente elevada**, entendo suficiente e adequada, razoável e proporcional a aplicação das sanções consistentes em:

a) perda da função pública, a incidência dessa reprimenda carece de um *plus*, o qual se identifica, na espécie, eis que o esquema ardiloso fora conduzido por um evidente propósito de auferir vantagem e de vilipendiar o erário mediante a prática de atos desonestos, naturalmente dissociados da moralidade e dos deveres de boa administração, da lealdade e da boa-fé. Penso que a gravidade dos fatos apurados justificam a reprovabilidade mais acentuada. A esse respeito, é sabido que o gestor público tem o dever de atuar forma



proba, devendo tutelar o interesse público, como representante eleito pelos cidadãos. Assim, o desvirtuamento intencional de sua missão, constada nesta ocasião, merece ser dotada de maior reprovabilidade, justificando, pois, a sanção inerente à perda da função pública;

b) suspensão dos direitos políticos por 08 (oito) anos, eis que a conduta realizada pelo demandado anuncia a incompatibilidade de sua postura com o exercício de seus direitos políticos, sendo de rigor suspendê-los, a fim de providenciar o impedimento temporário do condenado de votar, de filiar-se a partido e de candidatar-se a cargo eletivo, ou de ocupar qualquer outra posição nos quadros inerentes ao serviço público;

c) pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano ao erário. É dizer: corresponde ao valor pago pela Câmara Municipal em nome do servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, no período descrito na exordial, acrescido de atualização monetária e de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, a ser apurado em sede de liquidação de sentença, ocasião na qual será definido o destino da quantia;

d) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de **08 (oito) anos**.

Dos juros e correção monetária

No que tange à correção monetária e aos juros, o STJ entende que as sanções e o ressarcimento do dano, previstos na Lei da Improbidade Administrativa, inserem-se no contexto da responsabilidade civil extracontratual por ato ilícito.

Assim, a correção monetária e os juros de mora das sanções de ressarcimento ao erário e da multa civil têm, como dia inicial de incidência, a data do evento danoso (o ato ímprobo), mês a mês, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ e do art. 398 do Código Civil, conforme entendimento do E. STJ alusivo ao ressarcimento ao erário (Resp 1336977/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. em 13/08/2013) e à multa civil (Resp 1645642/MS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 07/03/2017).

Das custas processuais e honorários advocatícios

Inexistindo normas específicas na Lei de Improbidade Administrativa sobre as despesas processuais e honorários advocatícios, devem ser aplicadas as normas do microsistema coletivo, especialmente àquelas previstas na Lei n. 7.347/85.

De acordo com esse diploma legislativo, os legitimados das ações coletivas não adiantarão nem serão condenados ao pagamento de despesas processuais e de honorários advocatícios, salvo quando comprovada a atuação de má-fé.

Todavia, esse benefício somente alcança a parte autora. A parte ré, caso seja sucumbente, deve ser condenada ao pagamento das despesas processuais.

III- DISPOSITIVO

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos veiculados pelo Ministério Pút

a) ADENÚBIO DE MELO GONZAGA, em face da **conduta tipificada no art. 10, inciso I, da Lei n. 8.4**



- b) **FRANCISCO SALES AQUINO NETO**, em face da **conduta tipificada no art. 10, inciso I, da Lei n. 8**
- c) **FRANCISCO DE ASSIS VALETIM DA COSTA**, em face da **conduta tipificada no art. 10, inciso I,**
- d) **ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**, em face da **conduta tipificada no art. 10, inciso I, da Lei n. 8.**
- e) **DICKSON NASSER**, em face da **conduta tipificada no art. 10, inciso I, da Lei n. 8.429 /92**, aplicando

Ato contínuo, tendo em vista a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário por atos dolosos de imp

- b) **ADENÚBIO DE MELO GONZAGA** ao ressarcimento ao erário, em virtude da prática do ato doloso de
- c) **FRANCISCO SALES AQUINO NETO** ao ressarcimento ao erário, em virtude da prática do ato doloso
- d) **FRANCISCO DE ASSIS VALETIM DA COSTA (BISPO ASSIS)** ao ressarcimento ao erário, em virtude da prática do ato doloso de improbidade administrativa, que perfaz o valor equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração total paga em nome dos servidores ANDREIA DOS SANTOS e PEDRO LUÍS ROSSI CERQUEIRA, no período compreendido na exordial. Destaco que não houve elementos probatórios suficientes para aferir o dano ao erário com a nomeação da servidora KELI GOMES.

e) **FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS** ao ressarcimento ao erário, em virtude da prática do ato doloso de improbidade administrativa, que perfaz o valor equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração total paga em nome da servidora LUÍSA ELISANDRA ROCHA DE OLIVEIRA, de novembro de 2007 a setembro de 2008. Ressalto, porém, que os valores anteriores a novembro não merecem ser contabilizados para fins de ressarcimento ao erário pelo demandado FERNANDO LUCENA, tendo em vista a ausência denexo causal entre a indicação feita por este e as referidas verbas. Nesse sentido, observo que antes a servidora era lotada em outro departamento e somente em novembro de 2007 foi lotada no gabinete do vereador em questão – data que coincide com a nomeação e com o repasse das verbas para a filha do réu.

f) **EDSON SIQUEIRA** ao ressarcimento ao erário, em virtude da prática do ato doloso de improbidade administrativa, que perfaz o valor equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração total paga em nome dos servidores FRANCISCO DAS CHAGAS DE ARAÚJO e PATRÍCIA MAYARA MACIEL FERREIRA TEIXEIRA, no período compreendido na exordial.

g) **ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**, ao ressarcimento ao erário, em virtude da prática do ato doloso de improbidade administrativa, que perfaz o valor equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração total paga em nome da servidora ANGÉLICA GOMES MAIA DE BARROS, no período descrito na exordial.

h) **DICKSON NASSER**, ao ressarcimento ao erário, em virtude da prática do ato doloso de improbidade administrativa, que perfaz o valor equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração total paga em nome do servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, no período descrito na exordial.

Por outro lado, face a ausência de provas para condenação, com base no art.487, I, do CPC, **JULGO IMPROC**

Reitero que foi extinta a Ação Civil Pública de Responsabilização por ato de improbidade Administrativa tomb

Sem condenação em honorários advocatícios diante da propositura da ação pelo Ministério Público (art.18 da L

Com o trânsito em julgado, lance-se no cadastro do CNJ de condenados por improbidade administrativa, bem c

Deixo de encaminhar os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte para conhecer



Comunique-se o teor da decisão à PGM do Município da Natal, bem como à Câmara Municipal, notadam

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Natal/RN, 31 de maio de 2023.

Bruno Montenegro Ribeiro Dantas

Juiz de Direito

(Documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

